

A PRESENÇA DO MIGRANTE NO RIO DE JANEIRO:

O OLHAR DO IMIGRANTE E DO REFUGIADO

Organizadores:
Pastoral do Migrante e Coletivo Rede Migração Rio



A presença
do migrante no
Rio de Janeiro:
o olhar dos
imigrantes e
refugiados.

Dezembro 2017

Sumário

I - APRESENTAÇÃO _____	4
Carolina Moulin Aguiar	
II - OLHARES MIGRANTES	
Adel Bakkour: um refugiado sírio no Rio de Janeiro _____	6
Adel Bakkour	
O trabalho para os refugiados no Brasil – o olhar de um refugiado congolês _____	12
Charly Kongo	
Muitos sonhos, muitos planos e fé em Deus: a trajetória de migrante haitiano em busca de uma vida melhor no Brasil _____	14
Jajá (Haiti)	
Da Venezuela destroçada para o Brasil em crise: a história de um imigrante, refugiado, advogado, em busca de novas oportunidades _____	16
Jose Rafael Bolívar	
No final tudo vai dar certo _____	20
Leonardo Ruge e Ninibe Forero	
Colombianxs por la Paz - Rio de Janeiro: entre a mobilização pela paz e a aposta por uma cidadania transnacional _____	24
Catalina Revollo Pardo Ana Elizabeth León González Andrea Catalina León Amaya	
Stranger in Rio _____	29
Agossou Lucien Ahouangan	
Orientações recentes, desafios e potencialidades das migrações internacionais na América do Sul _____	35
María del Carmen Villarreal Villamar	
III - REFLEXÃO	
Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado _____	46
Francisco	
Discurso do Papa Francisco aos participantes do VI Fórum Internacional sobre Migrações e Paz _____	49
Francisco	

Os textos que fazem parte dessa edição compõem uma trama complexa sobre a experiência migratória na atualidade. Revelam o caráter polissêmico da figura do 'migrante' e as idiossincrasias que perpassam o navegar entre mundos, culturas, projetos e expectativas inerentes à mobilidade. Demonstram os desafios da acolhida e da integração e o abismo que separa os territórios de permanência e de pertencimento para esses grupos. Evidenciam, sobretudo, a polifonia e heterogeneidade dos espaços, tempos e vivências que marcam as trajetórias de indivíduos, famílias, grupos que se aventuram – mesmo que com 'prudência' – nas redes e circuitos das travessias globais. Indicam os problemas atinentes ao papel do Estado como regulador e como promotor dos direitos de populações migrantes e refugiadas – Estados que são, eles próprios, também heterogêneos, multifacetados e, cada vez mais tensionados pelas demandas e desmandos que assolam nosso continente.

A coletânea de relatos escritos pelos sujeitos da mobilidade – com diferentes origens e percursos, mas com 'alguma coisa em comum' – o Rio de Janeiro – é uma iniciativa que busca apoiar a reflexão sobre o tema a partir do olhar e da experiência dos próprios migrantes. Complementa os esforços do Coletivo Rede Migração Rio de sistematizar, por um lado, os dados sobre a presença migrante no Estado – publicados no primeiro volume – e, de outro, os esforços de atores governamentais e não governamentais sobre essa população e suas demandas – lançadas no segundo volume.

Se o Rio é cidade partida, também o são seus sujeitos, particularmente esses que aqui chegam para refazer vidas e renovar sonhos. Entre a terra que deixaram e a cidade em que habitam, negociam os afetos que ficaram, sonhando com reencontros. O reencontro com Moisés, filho de José, que peregrinou meses pelos rincões do Norte brasileiro até encontrar um trabalho formal no Rio de Janeiro e enviar, pela primeira vez, recursos para familiares na Venezuela. Por vezes o reencontro é com sua história e seus passados, como foi o caso de Adel, refugiado sírio, que vem ao Brasil por conta de uma meia-irmã, filha de mãe brasileira que vivia no Rio há mais de 25 anos. Ganha uma irmã e perde um irmão que não se adapta e retorna à Síria. Por vezes, o projeto migratório se sustenta nas tramas de um tecido social transnacional, como relata Jajá, que chega a São Paulo com a esperança de encontrar a ajuda de amigos haitianos que lá trabalhavam e residiam. Uma ajuda que não se concretizou. Entre as perdas e ganhos vão costurando vidas possíveis.

Nos relatos, relativizam-se as categorias que marcam de forma hegemônica – e por vezes autoritária – a identidade desses sujeitos. Refugiados, imigrantes, irregulares, indocumentados, turistas, residentes: os sujeitos da mobilidade cruzam e navegam essas categorias burocráticas de forma intermitente e tática. O caso de Lucien é emblemático: detentor de dupla cidadania de países

nos quais não pode ou não quer residir, imigrante que busca boa qualificação profissional, acumulando títulos, experiência profissional e sonhos de carreira, solicitante de refúgio que deseja tranquilidade para recomeçar e, às vezes, tão brasileiro que até se esquece 'de estar no Brasil, de tão fácil que foi minha integração'. Entre o familiar e o estranho, reinventam-se sujeitos, reconstruem-se vidas. Como dizem Leonardo e Ninibe, na travessia migratória, vão 'conhecendo e aprendendo esta nossa nova vida (...) e aprendendo sobre nós mesmos, nos conhecendo melhor e nos fortalecendo um pouco mais' (p.31).

Uma chave fundamental desses processos se encontra na interseção entre o exercício da cidadania e a capacidade de autossuficiência material – particularmente afeita à incorporação laboral. Dos esforços intergovernamentais compilados por Villarreal para avançar o marco normativo da mobilidade na América do Sul, às experiências transnacionais de articulação das "Colombianxs pela paz", iluminam-se caminhos de transposição das fronteiras territoriais em busca de outros mundos possíveis. A efetivação de mecanismos de participação política atravessa os relatos e ocupa o espaço comum dessas vidas diversas, mas entrecruzadas. Seja pela dificuldade em reconhecer-se como representante de um grupo no caso de Abel, seja por assumir esse papel junto aos refugiados no caso de Charly, a questão da auto-organização e do papel das lideranças comunitárias emerge como essencial. A necessidade de articular pautas e

estabelecer um campo de 'intervenções tempestivas e capilares contra a índole da rejeição' (p.77) faz-se premente. Ao mesmo tempo, a energia política depende da construção de condições mínimas de dignidade, normalmente assentadas na urgência do acesso a fontes de renda via trabalho. Alguns dos relatos ecoam as preocupações sobre os processos de exploração e violência a que são submetidos refugiadxs e migrantes, condições essas muitas vezes comuns também ao trabalhador brasileiro. Daí a necessidade de reconhecermos que, se o trabalho é pai e também mãe – como diz o ditado popular congolês -, somos todos parte dessa família.

Como salienta o texto do Papa Francisco, "a integração é processo bidirecional, que se baseia no mútuo reconhecimento da riqueza do outro". Isso implica o forçoso reconhecimento de migrantes e refugiadxs como atores centrais dos processos e interlocutores fundamentais das políticas. Não há democracia, acolhida ou integração sem que haja espaço de escuta, diálogo e participação desses grupos sobre as políticas que os afetam. E mais, não há que se falar em integração se, desse encontro, não resulta uma transformação de nós mesmos. É a partir dessa chave – do encontro e da polifonia – que se propõe a leitura e engajamento com a riqueza dos textos que se seguem e com as vidas entrelaçadas que eles representam. Vidas que são dos migrantes e de seus coletivos; mas são também nossas que habitamos o 'Rio, esse zoológico que nos acolheu' (p.34).

Carolina Moulin Aguiar

Professora Adjunta, Instituto de Relações Internacionais - PUC Rio.

OLHARES MIGRANTES

Adel Bakkour: um refugiado sírio no Rio de Janeiro

Meu nome é Adel Bakkour, eu sou da Síria, tenho 24 anos e moro no Brasil há quase cinco anos. Cheguei no final de 2012. Eu tinha saído por causa do conflito lá, basicamente por ter 19 anos e poder ser chamado pro serviço do exército sírio, que eu não queria fazer e é obrigatório na Síria. Naquela época, tempo de conflito, de problemas, não tinha como escapar mais. Antigamente, por exemplo, meus primos, eles pagavam pros generais, assim, um salário pequeno por mês pra eles ficarem em casa; mas nesses tempos não dá mais pra fazer isso porque tem muito mais atenção. E também eu saí por ter participado das manifestações contra o governo lá.

Eu sou de Aleppo, da cidade de Aleppo. Ela foi uma das últimas áreas, regiões, que entrou no conflito, que começou a ter manifestações. Eu participei de manifestações lá na minha cidade e o que eu queria realmente, o que eu sentia vontade de fazer, era lutar pelos direitos, pela nossa liberdade, mesmo eu sendo de uma família normal, de classe média. Eu não tinha problemas, nem precisava trabalhar; só estudava, trabalhava nas férias, mas isso não significa que todo mundo tava assim. Eu achei que a gente tinha que lutar contra o governo, a ditadura. Eu acho que 90%, 80% dos manifestantes eram os jovens que estudavam nas faculdades.

Eu tenho uma irmã brasileira de um casamento do meu pai, antigo. A minha irmã, meia-irmã, ela mora aqui no Brasil há 25 anos com a mãe dela. Então, quando começou a piorar a situação lá (na Síria, em Aleppo), ela começou a ligar preocupada, a pedir pra ver se tinha possibilidade de a gente sair de lá – porque também ela sabe bem como é a situação. Então decidimos vir pro Brasil, eu e meu irmão. Eu tenho um tio na Rússia que também fez a mesma coisa: falou que a gente podia ir lá pra Rússia, tudo isso. Mas a gente preferiu vir pro Brasil, porque eu pensei que ia ser mais confortável estar na casa da minha irmã do que estar na casa do meu tio. Eu tinha 19 anos na época e meu pai conhece o Brasil. Então ele acha também melhor que pra um refugiado, um imigrante, a sociedade aqui é melhor do que a Europa pra aceitar imigrante; ele também achou uma escolha melhor ser o Brasil.

Eu vim com meu irmão pra casa da minha irmã, aqui, e eu comecei a trabalhar num restaurante árabe em Copacabana; eu trabalhei por um ano e três meses, talvez. Na mesma semana que eu comecei a trabalhar, comecei a aprender português e foi muito difícil. Eu quis desistir do trabalho porque era muito difícil. Na segunda semana eu tava muito cansado, não aguentava mais, e a minha irmã conversava comigo, “não, vai, a vida é assim, você agora vai ter que segurar”. E eu aceitei – “ok, vamos ver” – fui me acostumando. O meu irmão não conseguiu um trabalho, por cinco, seis meses, e aí ele começou a querer voltar, não se adaptou bem. Mas aí ele conseguiu um trabalho com um cara libanês também, numa empresa de transporte, de turismo, e então ele começou a trabalhar.

Depois de uns cinco, seis meses ele não quis mais, quis voltar pra Síria... Ele viu o pessoal lá na Europa – porque tem muitos refugiados na Europa que foram para lá ilegalmente... E as condições de refúgio na Europa são do que aqui, não sei, por ser “primeiro mundo”, a economia muito mais forte. Então, lá, o refugiado recebe um salário mínimo, alimentos e uma casa até ele aprender a língua, até ele conseguir um trabalho e conseguir se virar bem, e ele começar a pagar as coisas dele... Mas assim, no início, o governo é responsável por eles cem por cento; aqui não é. Por exemplo, tem a Caritas aqui que é responsável pelos imigrantes e refugiados com papéis, e durante esses cinco anos aqui eu nunca recebi nenhuma ajuda financeira ou de trabalho. Eu já deixei meu curriculum lá, mas nunca fui chamado; e na época em que eu mais precisava eles falaram “não tem condição”. Então isso faz muita diferença. Realmente, quem tem contato pra ir pra Europa vai preferir ir do que ficar aqui.

E meu irmão quis ir pra Europa. Ele foi até o Líbano, mas o cara que ia levar ele foi preso naquela época; então meu irmão não conseguiu e acabou voltando pra Síria. Ele ficou um ano na Síria e voltou pra cá de novo.

E eu não quis sair. Eu falei assim: “eu não quero ir pra Europa, ficar entre três mil sírios num campo em que eles não estão fazendo nada”. Eu não gostava muito da cultura do Oriente Médio, eu acho uma cultura fechada, uma cultura machista, homofóbica, então era complicado quando eu estava lá. Então eu não quis voltar pra uma cultura parecida... Um campo de dois mil refugiados sírios não têm nada mais pra falar do que religião e essas coisas que eu não quero ficar falando. Eu quero construir uma vida! Eu quero trabalhar, quero estudar, não quero ficar dependente de outras condições.

Mas meu irmão quis, e foi a primeira vez que a gente se separou. Ele é mais novo do que eu. O nome

dele é Hadi, mais novo um ano e meio do que eu. Eu tava aqui e falei assim pra ele: “Eu não sei se a gente vai conseguir as mesmas pessoas boas que conseguimos ter contato aqui. As pessoas de onde eu trabalho, as pessoas da faculdade, tudo isso... Eu não sei se a gente vai conseguir pessoas boas na Europa. Então eu vou segurar o que eu tenho aqui e aproveitar oportunidades”.

E, realmente, depois que ele foi embora eu entrei pra faculdade; consegui uma vaga no Instituto de Química. Eu traduzi meus documentos que eu trouxe de lá; os documentos de que eu tinha passado pra faculdade de química, na faculdade de Aleppo. Então eu trouxe os documentos em Árabe, traduzidos pro Português, eu apresentei pra reitoria pedindo uma vaga, dizendo que eu queria estudar, que eu saí de lá não querendo deixar meus estudos no meu país. Então eu escrevi uma carta, a Caritas escreveu uma carta também, explicando a situação, e eu consegui uma vaga sem fazer prova de ENEM ou vestibular. Eu apresentei o documento do curso de Português que eu fiz e disse que meu Português seria suficiente pra eu estudar; então eles não pediram outros documentos, como uma prova ou coisas assim.

Eu comecei a estudar em 2014. Eu entrei na Faculdade de Química – e eu estou lá até agora. Eu penso em mudar pra Relações Internacionais. Comecei a pensar no início deste ano, 2017, porque eu não vi muita condição pra eu continuar um curso na área de “Exatas”, com o trabalho todo que eu tenho aqui de dar aula, de fazer traduções, porque acho que a área de Exatas precisa de muita dedicação de horário; não importa se você não se lembra do livro inteiro, ou se você não faz exercícios até chegar a prova. E com o meu trabalho... Eu preciso dar mais prioridade pra ganhar dinheiro do que estudar porque como eu não estou no meu país, eu não estou na minha casa, eu

preciso tomar muito cuidado com o dinheiro que eu gasto e com o dinheiro que eu ganho... Pra guardar; porque eu não sei quando chega o momento que fica mais difícil. Então eu acho que seria melhor estudar Relações Internacionais, pelos meus contatos e pela minha condição aqui; então eu tô mudando de curso este ano, na mesma universidade, a UFRJ. Eu gosto de política, eu gosto de falar de política, então não seria um campo longe do que eu penso; eu gosto.

Em 2016 – não, em 2015 –, eu não tinha mais dinheiro pra alugar uma casa. Eu fui ao alojamento da UFRJ, no Fundão. Tinha uma assembleia de estudantes e eles falaram: “não tem quarto, mas você pode trazer a barraca e ficar no prédio”; então eu fui lá em junho de 2015 (peguei uma barraca e fui). Fiquei seis meses, até dezembro, até conseguir a bolsa da faculdade e me mudar pra uma casa, onde eu tô agora.

Foi nessa época que eu fui até a Caritas, em junho, com meu irmão, e falamos: “não tem mais dinheiro, a gente não tem onde ficar”. E mesmo assim, eles falaram que “não tem condição de ajudar”. Então, eu realmente podia ficar na rua sem ajuda nenhuma. Mas eu tenho contatos, meus amigos brasileiros que são muito receptivos, ajudam muito. Então eu sabia que eu não ia ficar na rua, que eu ia conseguir uma ajuda por um tempinho até eu poder voltar ao normal. Só que eu falei pra Caritas “eu vou ficar na rua”. E eles falaram “não tem como, porque tem prioridade pra crianças, mulheres e idosos”. Eu disse “eu respeito isso, mas você também não pode jogar jovens na rua”. Então, eles me deram o contato do padre Alex (que é da igreja São João Batista, em Botafogo) porque ele abriu uma casa da igreja pra receber refugiados. Meu irmão foi pra igreja. Eu não quis. Eu tava estudando no Fundão, não queria me mudar pra Botafogo e ficar indo e voltando, seria mais cansativo. E também porque pra eu conseguir a bolsa da UFRJ (se tivesse onde morar, se não tivesse uma condição tão ruim, talvez não me dessem essa bolsa). Eu preferi ficar na barraca pra ter mais chance de ganhar a bolsa! E eu realmente consegui por causa disso (eu

já tinha aplicado três vezes pra essa bolsa antes, mas não tinha conseguido, não sei por que...).

Também são difíceis aqui (no Brasil, no Rio) essas questões de burocracia, de política, do governo... É difícil conseguir ajuda do governo, mas a sociedade ajuda demais os refugiados e os imigrantes em geral. Eu esperava muito mais do Brasil, na verdade; eu tinha mais expectativa de ser um país mais aberto, ter menos preconceito com várias coisas. Eu fiquei meio chocado quando eu vim pra cá e comecei a conhecer as coisas: “Ué, mas não era pra ser mais aberto?” É que o Oriente Médio pra mim era muito fechado; o Brasil era mais aberto. Não encontrei muito caso de xenofobia aqui – “ah, você é de lá, eu vou te tratar mal por ser de algum lugar” –, não encontrei. Mas tem racismo, tem machismo, tem homofobia, enfim, outras coisas que eu não esperava (claro que no mundo inteiro tem, mas eu esperava mais liberdade aqui).

Quando eu consegui a bolsa, mudei pra uma casa, eu e meu irmão. O meu pai veio visitar a gente em 2016. E ele voltou pra Síria.

Eu comecei a dar aula no Abraço Cultural também, que é um curso de idiomas com refugiados (os professores são nativos). Eu dou aula de árabe e, por enquanto, a minha vida tá um pouquinho estável – vamos ver pra onde vai... Quando começar a estudar Relações Internacionais, acho que vai mudar mais ainda.

Em 2016 eu fui num evento internacional da juventude, na Fiocruz. Eu fui como representante dos jovens refugiados no Brasil. Esse apelido de “representante” tá meio colado com meu nome agora, por causa da ONU, e essas coisas... Eu não gosto disso, porque eu não acho que eu posso representar muitas pessoas (porque tem várias nacionalidades e tem outras pessoas que eu não posso representar sem conhecer) sem ter uma organização oficial... Mas vou aproveitar essa condição pra poder criar alguma associação, talvez de refugiados ou algo desse tipo.

Eu já comecei a trabalhar com uns amigos refugiados aqui e, em agosto, agora, vai ser o evento in-

ternacional da juventude. E a gente tá organizando um evento depois, de juventude também, em que eu estou sendo responsável pela parte de refúgio. Só os refugiados estão organizando essa parte e convidando outros refugiados pra falarem na mesa; eu até falei com uns agora e eles ficaram muito felizes porque estão sendo convidados por um refugiado pra falar. Eu não quero que a Caritas, a ONU, o CONARE, nem nada, me chamem como representante dos refugiados: eu quero que os refugiados escolham alguém pra ser um representante. Será muito mais confortável de falar.

De namoro... (eu) nunca fiquei com nenhuma pessoa árabe, da Síria, do Oriente Médio. Nunca cheguei a namorar porque eu não gostava dessa ideia de não poder ligar pra casa da minha namorada e pedir pra falar com ela; porque lá tinha que ser escondido. Eu não gostava dessa, então, nem pensava em namorar. Eu só fiquei com brasileiras até agora, na minha vida inteira. Fiquei com uma pessoa, que não era brasileira, mas não era imigrante também. Eu cheguei a namorar duas, três vezes, até agora... Não é muito simples, é um pouquinho complicado; as pessoas são um pouco complicadas. Eu gosto de ser sincero, muito claro, direto, eu espero isso das outras pessoas; mas não encontro muitas vezes, não. Meu irmão é que já namorou muito, lá e aqui também, muito mais do que eu. Ele tem mais experiência. E lá ele gosta dessa ideia de ser escondido, assim, ele acha que tem graça... Eu não acho. Isso é engraçado! E os meninos aqui, os árabes que eu conheço, eles continuam a ter um pouquinho “de cabeça de lá”. Então, eles namoram aqui, e tudo, saem, fazem várias coisas, mas continuam querendo voltar pra casar com alguém de lá, sabe? Eu acho isso meio estranho... Eu não penso assim. Eu acho que o lugar não define se eu vou gostar da pessoa ou não.

Voltando ao assunto da associação de refugiados, eu acho que isso vai resolver muitos problemas que os refugiados enfrentam. Por exemplo, quando o meu pai tava aqui a gente tinha marcado com a Polícia Federal pra ele ir – por causa dos documentos. Meu pai tem oitenta e um anos; então tinha que ter

“preferência” pra ele lá na Polícia Federal, mas não tinha. Uma vez a gente tava lá, eu tava sozinho com ele, e eu tinha que trabalhar, tinha faculdade, tinha que dar aula... Meu irmão tava trabalhando; então fui eu que levei meu pai lá na Polícia Federal. A gente tinha marcado às nove da manhã (porque marca pela internet). Aí chegaram quatro pessoas com um cara (que parecia conhecer alguém ou coisa assim) e eles entraram na nossa frente. Um pessoal saiu e a secretária chamou cinco nomes: o nome do meu pai e mais os quatro. E o cara foi conversar lá... Eu tava só olhando... Eles entraram. Eu esperei meia hora, uma hora, e ninguém chamou mais. Aí eu fui reclamar; a secretária disse: “não, espera, vai chegar a sua vez”; e eu falei “tô com meu pai aqui, ele tem oitenta e um anos, não tem condição de ficar esperando três horas e eu não tenho condição”. Aí ela falou: “ah, você vê a sua prioridade então”. Eu falei “ok, obrigado, eu prefiro trabalhar do que ficar legal aqui no Brasil”... Aí ela olhou (assim) feio pra mim “não, não, deixa ver aqui”. “Eu vou botar o seu nome e chamar você”.

E aí veio um cara, um policial, lá do departamento... E ele tem uma cara muito fechada, muito feia, no modo de olhar pras pessoas. Ele trata mal as pessoas. Eu comecei a reclamar com ele e comecei a perder a paciência, porque eu vi que ele não tava nem aí se a gente tava esperando – mesmo o meu pai. E eu fico muito irritado quando isso acontece, especialmente com a minha família, sabe? Tem que ter respeito pra todo mundo. Aí eu falei: “não, isso tem que se resolver, e se você não resolver agora eu vou embora; e não é minha culpa que vocês estão atrasando os documentos, eu tenho um trabalho pra fazer e vocês ficam reclamando da gente atrasar, mas vocês que atrasam”. E eu comecei a gritar lá na Polícia Federal; eu fiquei muito irritado, não importava mais o que ele ia fazer... Eu tinha que gritar lá, mostrar pra todo mundo que ele tava errado, que a gente tava lá esperando duas horas; e isso que importava. Ele mandou voltar (tinha uma linha); eu ia entrar e comecei a gritar com ele; e cheguei a xingar também... E aí ele falou “volta pra

trás da linha”. Eu falei “ok” e voltei atrás da linha e gritei mais ainda “eu tô aqui, não tô passando (a linha), se é o que você tá dizendo, mas eu posso gritar, posso falar o que eu quiser”. E ele ficou olhando assim pra mim assustado, todo mundo começou a olhar e ele não sabia mais o que fazer – porque eu estava certo! A gente tava esperando mais de duas horas, eu com meu pai, de oitenta e um anos. Eu falei “só porque aquele cara estava com aqueles quatro meninos, porque conhece você, sei lá se pagou ou não, provavelmente pagou pra vocês para entrar em primeiro lugar, primeiro do que a gente. Eu vou reclamar disso”. Eu xinguei ele; ele ficou com muita raiva e falou: “não, espera aqui um momento”. Ele entrou, e antes de passar pelo departamento ele voltou e levou a gente pra dentro. Pediu muitas desculpas e atendeu a gente. Eu falei “isso não é aceitável, o fato de a gente entrar agora não resolve o problema”. Enfim, eles pediram muitas desculpas, as meninas lá dentro foram muito legais com a gente, e tudo passou.

Isso é um problema aqui do Brasil: quem tem contato consegue, quem não tem fica esperando. Já aconteceu várias vezes de eu, meu irmão, nossos amigos, ficarmos esperando duas, três horas. Eu entendo que tem uma burocracia, eu entendo que o processo leva um tempo, mas não é tanto assim. Se tá o agendamento na internet para as “09:05”, eu não posso ser chamado meio dia e meia, sabe? Tipo, chegar meio dia e o cara querer sair pra almoçar pra depois me atender, se eu tô marcado uma hora antes. Acho que o povo brasileiro não tem um preconceito, mas a polícia e o governo têm um preconceito, tem um certo preconceito com o refugiado e com o migrante. Uma vez eu tava com meu amigo que não fala muito bem Português. Ele trabalha lá na cozinha (tem que trabalhar o dia inteiro pra poder se manter) e ele não fala igual a mim (tá aqui há dois anos, mas o Português não tá muito bom; tinha um ano na época). E eu fui lá (na Polícia Federal) com ele e a moça ficou reclamando que ele não falava Português. Eu falei: “não é da sua conta se ele fala ou não, ele tá aqui, ele quer renovar, eu tô ajudando ele aqui porque ele tem que trabalhar. Se o governo “sustenta” ele, pode estudar Português; senão ele tem que se virar”. Ela olhou assim pra mim e fez “não, ele tem que aprender porque tá aqui”. Eu falei: “pode atender a gente, por favor?” - e ela atendeu. É assim.

Tem uma nova lei de migração (eu não li muito bem, mas pelo que eu tô ouvindo...) que vai facilitar a documentação, o processo, talvez a cidadania brasileira pros imigrantes, pros refugiados – especialmente os que estão chegando aqui em condições difíceis. Isso vai ajudar muito, eu espero. Eu quero ter uma cidadania brasileira pra poder participar efetivamente na política aqui – poder falar poder participar de manifestações (o que eu não posso).

Eu acho que todos os imigrantes e refugiados que estão aqui estão considerando o Brasil como país deles... Eu, particularmente, o Brasil é o meu país, já que eu não posso voltar pra Síria pra morar de novo e não tem condição. Então, com o fato de eu estar aqui, de eu morar aqui... Eu quero um Brasil melhor, não só pra mim, mas pra todo mundo também; eu tendo a oportunidade de falar mais, de participar politicamente, eu acredito que ajudaria em várias questões como de eu ter outra experiência diferente do que os brasileiros têm, e diferente dos outros migrantes. “Eu preciso contato com brasileiro”; preciso contato com políticas, também, pra eu entender o que eu devo pro Brasil, o que eu posso fazer e que me ajude também. Então seria importante essa participação.

Eu tava falando dos refugiados aqui - e os refugiados no mundo inteiro... E não chega um certo tipo de refugiado numa área. Todo mundo chega num lugar: seja do Oriente Médio, da África, negro, branco, mulheres, crianças, homossexuais, tudo. O grupo de refugiados não é homogêneo. Até entre a gente existe uns preconceitos, existe os limites. Tem vários refugiados que não têm essa cabeça muito aberta, até pros outros refugiados; isso também tem que ser trabalhado durante o tempo, porque mesmo a gente tentando se integrar aqui a gente tem que se juntar, tem que se entender, um e outro. Por exemplo, falando do grupo do Oriente Médio, eu conheci três pessoas da Síria que são gays, uma menina e dois meninos. Um dos meninos voltou pra Síria porque ele não conseguiu um trabalho aqui - ficou sete meses - e voltou (preferiu voltar

para lá). A menina e o menino estão aqui, mas eles evitam qualquer contato com os sírios. Realmente, se você perguntar, vão falar a frase “que não gosta de sírios, de árabes” porque eles são homofóbicos; então eles evitam qualquer contato com os outros árabes.

E os árabes, na hora que passam a saber que é gay, também começam a evitar contato. Os dois são meus amigos, no caso. Se eu comentar que eu tô com eles os outros ficam quietos – (mas) fica um clima estranho, porque que eles querem falar mal, mas não estão conseguindo porque eu tô lá, e eu não vou gostar. E mudam de assunto. Isso é só um exemplo que eu vivo. Tem outros exemplos de outras coisas. Talvez isso seja um problema na associação que a gente vai ter, mas tomara que eu consiga resolver. Acho que a solução seria ter representante, ter voz pra todos: homens, mulheres, jovens, idosos, homossexuais... Todos terem uma voz que possa ser representada em qualquer lugar. Acho que é isso. Vai dar muito trabalho essa associação! A gente não tá num lugar perfeito pra isso. Não existe um lugar perfeito, né? Vai dar trabalho entre a gente e vai dar trabalho com os brasileiros. Mas eu acredito que vai dar certo e vai ser muito melhor pros refugiados e pro Brasil, uma vez que a gente também quer ajudar o Brasil a ser melhor; não só pra gente ter condições, mas porque o Brasil acolheu a gente; então temos que devolver uma parte disso como agradecimento.

É isso.

Adel Bakkour

O TRABALHO PARA OS REFUGIADOS NO BRASIL – O OLHAR DE UM REFUGIADO CONGOLÊS

“O trabalho é o seu pai e também a sua mãe”.

(ditado popular da República Democrática do Congo)

Sou Charly Kongo, nasci em 1981 na cidade de Kinshasa na República Democrática do Congo, durante a pior ditadura da África. Enquanto estive em meu país, não pude experimentar a democracia. Meu país até hoje não teve uma transferência de poder pacífica, pois o governo no poder ou era derrotado por golpe, ou assassinado, ou confiscava a liderança em suas mãos, não permitindo o processo de eleições. Além de uma guerra que dura por mais de 20 anos e que já causou mais de seis milhões de mortos, com milhares de mulheres estupradas, crianças recrutadas à força pelas milícias, é grande a miséria da população gerada pela total desordem econômica. Essa situação obriga muitos jovens congolezes a deixar seu amado país à procura da paz e de uma vida melhor.

Tudo isso me levou a sair de meu país e a vir para o Brasil, na esperança de encontrar a paz e reconstruir a minha vida. Vivo no Brasil há nove anos e já construí minha família. Sou casado com uma brasileira e temos um filho de três anos. Quando cheguei, em 2008, em busca de refúgio, conheci a Cáritas. Dentro de pouco tempo, já auxiliava a instituição com o serviço voluntário de tradução e de acolhimento de novos solicitantes de refúgio. Posteriormente, comecei a representar a comunidade de refugiados no Rio de Janeiro. E com o domínio da língua portuguesa, também consegui meu primeiro emprego no Brasil, na rede de hotelaria – onde estou até o presente momento. Também sou estudante universitário, cursando Tecnologia de Gestão em Turismo. Simultaneamente, trabalho como professor de Francês na ONG Abraço Cultural, sem deixar minha vocação de auxiliar meus amigos refugiados.

Nestes nove anos no Brasil, trabalhando com os refugiados, pude perceber as vantagens e desvantagens que eles têm no mercado de trabalho. O trabalho é aquilo que dá condição para que cada pessoa possa se desenvolver. É assim no país onde nasci e é assim aqui no Brasil.

Nós, os refugiados, deixamos nossa terra por causa da violência, por causa da guerra e por causa da tirania dos dirigentes. Fugimos de países que são governados pelos mesmos homens há décadas, onde lutar por liberdade significa prisão, tortura ou assassinato em massa. Não deixamos nosso país por uma escolha. A única opção que tínhamos era entre morrer ou viver. Escolhemos viver e queremos viver dignamente. Não somos diferentes das outras pessoas. Queremos liberdade, queremos paz e queremos uma vida digna. Como todos os seres humanos, também temos sonhos, desejamos um futuro melhor, queremos gozar a vida. É por este motivo que fugimos. É por este motivo que tantas pessoas atravessam o Mediterrâneo.

Muitos de nós fugimos para cá à procura de paz e liberdade. Mas não há liberdade nem paz sem trabalho. Só com trabalho conseguimos um futuro melhor. Mas o trabalho que queremos é o trabalho digno.

À primeira vista, ninguém é capaz de distinguir um refugiado de um brasileiro. É isso que faz do Brasil uma grande nação. Qualquer um de nós pode ser confundido com um brasileiro: um congolês, ou qualquer outro africano; um árabe ou um colombiano. Ninguém tem como fazer essa distinção apenas pelo olhar. Mas basta que nos ouçam, que vejam nossos documentos, que descubram de onde viemos, e então as coisas mudam. As diferenças aparecem...

Só pelo fato de sermos africanos, somos considerados analfabetos. Pensam que não temos cultura, que não temos formação, que somos ignorantes. Só pelo fato de sermos árabes, pensam que somos terroristas. Pelo fato de sermos colombianos, acham que somos traficantes.

Pelo fato de que somos estrangeiros, pelo fato de que somos refugiados e porque somos africanos, porque somos haitianos ou árabes ou colombianos, ficamos com os trabalhos mais duros, os mais pesados. Nos dão as piores funções e as piores condições de trabalho. Acham que não temos inteligência ou formação. Mesmo quando temos currículos melhores que os demais.

Para as mulheres refugiadas, a situação é ainda pior. Se o campo de trabalho para nós refugiados já é tão restrito, as refugiadas ficam duplamente discriminadas e percebemos que a maioria delas está desempregada.

Não é verdade o que dizem sobre os refugiados e sobre os migrantes. Não viemos roubar os empregos dos que vivem aqui. Não viemos viver de benefícios ou de suas riquezas. Viemos ajudar a construir seu país, a contribuir para o crescimento da sua cidade. Viemos aqui para fortalecer sua economia. Assim como aqueles que no passado ajudaram a construir suas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O trabalho conquistado por cada refugiado tem uma grande importância. Além de reconstruir a nossa

vida, ajudamos nossos irmãos e irmãs que permaneceram em nossa terra natal. Vocês sabem que a maior ajuda que a população dos países pobres recebe não vem de entidades governamentais, mas das pequenas remessas que os refugiados e migrantes fazem? E que elas são tão importantes quanto a ajuda financeira internacional? É uma ajuda direta, livre da corrupção dos governos de nossos países. Sem nossa ajuda, nossas famílias não sobreviveriam.

Somos muito gratos pela acolhida que o Brasil nos dá. Somos gratos porque o Estado brasileiro nos recebe como refugiados, assim como recebe os haitianos e outros migrantes. Somos gratos porque, diferente do que acontece em países com democracias mais antigas e avançadas, aqui podemos trabalhar. Desde o momento em que somos aceitos como solicitantes de refúgio, a Lei brasileira nos permite trabalhar. Somos gratos porque encontramos paz e liberdade, porque temos empregos e temos trabalho aqui. Mas precisamos ainda de compreensão e de ajuda.

Precisamos de ajuda para que possamos ter trabalhos dignos. Para que as leis nos permitam trabalhar. Para que não sejamos tratados como escravos. Para que não nos explorem. Apelamos às autoridades brasileiras para que nos permitam exercer nossas profissões, de acordo com nossa formação. Que nos ajudem na revalidação dos diplomas. Que nos proporcionem chances de melhor qualificação para o trabalho com cursos de capacitação.

Enfim, solicitamos a todos os brasileiros que nos ajudem a construir nossa liberdade e nossa paz. A conquistar nossos sonhos. E que assim possamos contribuir para um país cada vez mais democrático, mais justo e mais humano.

Charly Kongo

MUITOS SONHOS, MUITOS PLANOS E FÉ EM DEUS: A TRAJETÓRIA DE MIGRANTE HAITIANO EM BUSCA DE UMA VIDA MELHOR NO BRASIL.

Pensei muito antes de sair do Haiti. Apesar de estar passando por uma situação muito triste, todo destruído, eu sei que o desmantelamento maior do meu país é devido à sua dependência externa criada pela política interna. Não tem trabalho e nem perspectiva de futuro para quem quer se manter lá. A maioria dos haitianos vive das remessas que os familiares enviam de vários outros países, para onde escolheram migrar para viver. O Haiti é um país de migrações históricas. Desde sempre seus filhos que quisessem viver em condições mais dignas tinham que pagar o preço de deixar para trás sua pátria. Vivemos numa permanente diáspora em busca de um futuro de dignidade e sempre com o pensamento e o coração no Haiti, com a vontade de ajudar com o pouco que podemos enviar à família.

Minha primeira experiência como migrante foi na República Dominicana, país vizinho ao Haiti, porém mais desenvolvido. Ambos são parte da mesma ilha, mas é difícil explicar a diferença abissal que existe entre eles no que tange a recursos e possibilidades de uma vida digna. Também é difícil explicar a difícil relação que existe entre os dois países com povos descendentes da mesma Mãe África. Há pouco tempo o governo dominicano decretou que todos os haitianos nascidos no país não teriam nacionalidade – e neste gesto violento mais de meio milhão de pessoas do dia para a noite ficaram apátridas, e até minha saída a situação não estava resolvida. Na República Dominicana vivem hoje mais de um milhão de haitianos. A mesma quantidade pode ser encontrada nos Estados Unidos. Os números são expressivos, mas não param por aí. Meus irmãos e irmãs também estão presentes em muitos outros países do mundo.

Por que escolhi o Brasil? Gosto muito do país, do seu povo, da sua cultura, do seu esporte, da sua alegria. Os brasileiros se parecem conosco. Além disso, fiquei sabendo que em São Paulo havia muitos amigos meus que já estavam trabalhando e enviando remessas aos seus familiares.

Decidi vender tudo o que eu tinha. Deixei para trás meu filho com a sua mãe, minha família e viajei para São Paulo. Tentei esquecer o medo, a insegurança, a dor da saudade e encher meus pensamentos do sonho de uma vida melhor para mim e minha família, amparado pela fé em Deus – que sempre está em primeiro lugar na minha vida (como se fala entre nós: “Primeiro Deus”). Trazia comigo também a esperança de ser bem acolhido por meus amigos haitianos que já viviam na cidade de São Paulo.

Depois de uma viagem longa, sofrida e difícil, cheguei a São Paulo. Gastei tudo o que tinha para poder chegar e tentei contato com os meus amigos. Sem sucesso. Os números dos telefones deles haviam mudado e ninguém me dava retorno – nem mesmo pelas redes sociais. Fiquei sozinho, sem saber o que fazer ou para onde ir. Num primeiro momento, busquei me documentar. Fui informado sobre uma igreja grande, onde muitos haitianos iam fazer seus documentos e buscar trabalho. Era a igreja Nossa Senhora da Paz na Rua Glicério, em São Paulo, e lá fui eu, depois de ter chegado há alguns dias no Brasil. Na igreja, quando manifestei o meu desejo de ir para o Rio de Janeiro, alguém me disse: “eu sei onde você pode ir e

encontrar ajuda”. Essa pessoa, que não lembro o nome, anotou o endereço num papelzinho e me entregou. No dia seguinte, embarquei. Ao chegar na Rodoviária Novo Rio, fui diretamente ao endereço indicado no bilhete. Era a igreja Santa Cecília. Fui recebido pelo padre Mario Geremia, que prontamente me acolheu e me deu alojamento sem fazer muitas perguntas. Imediatamente, me senti seguro, feliz e tranquilo. Naquele momento eu entendi o quanto é importante para um migrante ser bem acolhido e encontrar apoio para recomeçar a reconstruir a própria vida.

Guiado pelos meus sonhos, meus planos e a fé de que eu conseguiria encontrar algo, já no dia seguinte saí para procurar emprego. E assim aconteceu. Com meu trabalho de pintor de carros numa oficina mecânica, comecei a enviar dinheiro para a minha família (esposa e filho).

Trago com carinho a lembrança do dia em que cheguei ao Rio de Janeiro tremendo de medo e de vergonha, sem saber falar português e o padre Mario – sem fazer qualquer pergunta – simplesmente me disse: “Sim, você pode ficar aqui por um tempo, até conseguir arrumar um trabalho e seguir sua vida”. Nunca vou conseguir esquecer essas palavras.

Imagina se não tivessem me recebido, onde eu poderia estar agora? Foi um momento muito marcante da minha vida e eu sempre vou à igreja agradecer. A Pastoral do Migrante é como se fosse nossa família, porque as pessoas escutam, nos acolhem, falam conosco, nos alojam, celebram no nosso idioma e festejam junto a nós, do nosso jeito e na situação em que a gente se encontra naquele momento. Isso faz “toda a

diferença” para nós, os migrantes, que chegamos a um lugar onde não conhecemos nada nem ninguém; não entendemos o que as pessoas falam e não possuímos nada – apenas os sonhos, os planos e a fé de poder viver em melhores condições de vida para ajudar nossos familiares que lá ficaram.

Aos meus amigos que vivem no Haiti, eu aconselho que pensem bem antes de sair. Mas, se decidirem por isso, que cheios da fé em Deus tenham muitos planos, muitos sonhos, que lutem e façam sempre o seu melhor. Não se entreguem aos vícios e às tentações que sempre nos rondam. No Morro Santa Marta, onde moro, eu encontrei amigos e uma família que está me ajudando. Procuro ser correto, não me entregar a caminhos mais fáceis, trabalhar o mais que posso e, no fim de semana, descansar para retomar a vida na segunda-feira.

Hoje me sinto feliz e continuo com muitos planos e sonhos na cabeça. Um deles é comprar a minha casa.

Jajá (Haiti)

DA VENEZUELA DESTROÇADA PARA O BRASIL EM CRISE: A HISTÓRIA DE UM IMIGRANTE, REFUGIADO, ADVOGADO, EM BUSCA DE NOVAS OPORTUNIDADES.

Até o ano de 2015, eu vivia em Caracas a rotina típica de um advogado, trabalhando com dificuldades, vivenciando a triste realidade de muitos venezuelanos de enfrentar longas filas para conseguir comprar alimentos e remédios, devido ao desabastecimento de supermercados e farmácias. Os fins de semana eram compartilhados com meu filho, Moisés, minha esposa (sou divorciado) e família.

Anos seguidos de crises políticas, econômicas e sociais do atual governo de Nicolás Maduro me levaram a tomar a decisão de sair do país. Como membro do Colégio de Advogados de Caracas éramos perseguidos e atacados pela polícia Bolivariana e GNB cada vez que exercíamos nosso direito constitucional de protestar diante de tantas violações de direitos humanos nas ruas.

Minha aventura migratória por este país começou em 2 de dezembro de 2015, quando embarquei em um ônibus e atravessei a fronteira do Brasil, com menos de um salário mínimo da época. No primeiro posto da polícia federal na cidade de Pacaraima em Roraima (RR), consegui meu visto de entrada para poder continuar minha viagem e, com ele, consegui chegar até Manaus (AM); porém, o visto era somente de turista, para sessenta dias, e como sabemos, pela lei brasileira, o turista não pode trabalhar de forma formalizada. De Manaus tomei a decisão e aventurei-me em fazer uma viagem de barco-cargueiro que navega pelo impressionante Rio Amazonas e fui até Santarém, no Pará (PA). De lá, fui até à rodoviária e tomei um ônibus através da Transamazônica BR 230, uma rodovia desafiante e cheia de surpresas. Viajei por mais de 12 horas, passando por vários acidentes de carro, temperaturas altíssimas, umidade impressionante e uma total insegurança pela sua precariedade e abandono.

Fui tentar sorte em Altamira (PA), convidado por alguns amigos brasileiros, especialmente Veronilia, para trabalhar informalmente num mundo completamente desconhecido dos artesãos do trecho (Malucos do Brasil). Eles tentavam vender todos os dias nas orlas praieiras do Rio Xingu aos turistas e nativos. Entre os meses de dezembro de 2015 a janeiro de 2016, ganhava uma média de 5 a 20 reais por dia, falando um Português, o que me possibilitou sobreviver na época, manter um convívio hippie e conhecer a cultura do Norte.

Estando por vencer o visto de turista, decidi retornar a Manaus com uma visão mais ampla da realidade brasileira e totalmente diferente daquela que me apresentaram e que me contaram, estando em meu país. Fora dele, a teoria na prática é totalmente outra e a vida se transforma numa verdadeira universidade para nós, os migrantes e refugiados.

Ninguém tem ideia de como é ser migrante e viver na condição de imigrante sem ser e sem viver como migrante. De qualquer forma, senti que era uma ótima oportuni-

dade de começar uma nova vida e não podia perdê-la. Para isso, tive que, com muita dor e tristeza, vender as minhas alianças de casamento (ouro 18k) pelos setecentos reais que recebi. Me senti divorciado diante de Deus; porém, Ele sabia o motivo da venda e das minhas condições e, creio, não ficou zangado comigo, porque o objetivo era bom, a vida estava em jogo e jamais esqueceria minha família por causa desse gesto desesperador. A venda foi para poder chegar novamente a Manaus, no estado do Amazonas, e pedir um visto de refúgio, já que somente em Manaus essa solicitação era possível. Mas a oportunidade de recomeçar minha vida teve início em fevereiro de 2016, na Delegacia de Polícia de Imigração, quando dei entrada na Solicitação de Refúgio, de acordo com a Lei Federal 9.474/1997.

Enquanto ia me adaptando aos costumes e à cultura do país, consegui me cadastrar, por sessenta reais, na cidade de Manaus, para poder fazer um trabalho voluntário no “Local Hostel”. Era um albergue de mochileiros conhecido internacionalmente, o qual me deu a oportunidade de conviver e de partilhar minha vida com turistas nacionais e internacionais durante dois meses. Na condição de migrante indocumentado, toda oportunidade para sobreviver era bem-vinda. Nesse tempo, aprendi muitas atividades e, ao mesmo tempo, estavam incluídos alimentação e alojamento, que é o que mais precisa um ser humano na vida. Esse pouco tempo me permitiu uma pequena economia com “bicos” e planejar o futuro, depois de quatro meses ali vividos.

Posteriormente, tive a oportunidade de vender jornais em eventos e ganhava apenas vinte... quarenta centavos por cada jornal vendido. Era um trabalho humilhante e cansativo, para pagar somente a alimentação do dia. Continuando meu difícil caminho, troquei de vendedor de jornal para vendedor de água e refrigerantes. Me sentia mais digno com esse trabalho, mas de qualquer forma, não acrescentava nada na vida da gente. Ganhava mais que o trabalho anterior, porém, a perseguição dos fiscais da Prefeitura era permanente e se trabalhava sempre sob pressão e com medo de se perder o pouco que a gente tinha (a forma despropor-

cional e violenta como a polícia administrativa de produtos atuava assustava muito a todos os vendedores). Não entendíamos porque tanta violência e perseguição a humildes trabalhadores indefesos. Talvez nem eles saibam por que atuam assim, porém a gente entende que por trás e como base tanto dessa forma de trabalho como da atuação policial está um sistema injusto que mata, degrada e descarta as pessoas.

Tenho a esperança de que um dia ainda as coisas vão mudar e de que todos tenhamos paz. Segurança e dignidade. Porque todos temos esse direito, por sermos pessoas, e não importa aonde a gente nasce e vive e, muito menos, nossa condição migratória irregular. O que importa é que somos seres humanos e que todos nascemos para nos realizarmos, onde quer que seja. Sonho com isso.

Passei também como recepcionista de um hotel, onde exploravam todos os imigrantes que lá trabalhavam pelo simples fato de serem migrantes. Não respeitavam as leis e não pagavam nenhum tipo de benefício. Ganhava apenas o salário mínimo, sem nenhum direito garantido pela CLT.

Não posso me esquecer de comentar os momentos de doenças como alergia, gripes, fungos de pele, dores de costas e de cabeça, de garganta, inflamações, sem contar com recursos financeiros para me tratar ou para comprar remédio em alguma farmácia; ao mesmo tempo, sempre um bom samaritano aparecia e me auxiliava nesses momentos. No caminho da gente sempre existem anjos, para ganhar forças, para recomeçar e continuar nosso caminho. Inclusive, em algumas ocasiões, quando conseguia consulta nos postos de saúde do SUS, ao chegar nas farmácias o remédio receitado estava esgotado e não tinha como comprar. Isso aconteceu muito em Manaus.

Com o tempo, fui adquirindo experiência e conhecimento em Manaus e comecei a pesquisar sobre novas oportunidades mais baratas de alimentação e descobri um restaurante prato-cidadão que custava apenas um real, o que dava oportunidade aos refugia-

dos de formar parte da comunidade de baixa renda ou de trabalho informal, em que também muitos brasileiros trabalhavam nas mesmas condições que nós (informalidade, controle, violência, intempéries, exploração, exclusão, preconceito).

Conheci, em abril de 2016, Dona Vanda, uma trabalhadora do “Prato Cidadão”, uma pessoa boa, sensível e solidária, de um grande coração e que ajudava os migrantes. Não sabíamos que existia o SPM – Serviço Pastoral do Migrante em Manaus, e ela um dia me orientou como chegar até a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e lá foi o primeiro encontro verdadeiro da minha vida com as Missionárias Scalabrinianas. Naquele momento, começou um novo processo de confiança e de aproximação com a comunidade, com o especial apoio da Irmã Valdiza Carvalho, que me forneceu, além de um refúgio temporário e alimentação, a possibilidade de realizar um trabalho missionário voluntário como responsável pela Casa de Acolhida dos Migrantes, estudar a língua portuguesa e fazer um curso profissionalizante.

Apesar da enorme saudade de abraçar e beijar minha família e meu único filho sinto que o estou perdendo por não poder acompanhá-lo e vê-lo crescer; e isso me dói muito.

As circunstâncias me levavam cada vez mais para dentro do Brasil. Depois de um ano no Amazonas, decidi partir para a Região Sudeste em busca da oportunidade de um emprego formal. Com o apoio conjunto das (os) Missionárias (os) Scalabrinianas (os), consegui recursos e doações para viajar em voo até o Rio de Janeiro e me manter por dois meses, enquanto procurava emprego. Fui acolhido pela Pastoral do Migrante na Igreja de Santa Cecília e São Pio X e reconheço o apoio fundamental dos padres Mario Geremia, Cesar e Avelino na ajuda aos migrantes e solicitantes de refúgio. O primeiro momento na chegada de um migrante é decisivo para sua vida futura. Se não tiver este apoio, ele pode desanimar e cair na rua e de lá nunca mais sair.

Após três semanas de busca, consegui um emprego com carteira assinada em uma importante rede

de supermercados internacional que dá oportunidade aos refugiados e imigrantes. Com meu primeiro salário, consegui me mudar para um albergue e ainda enviar recursos para minha família na Venezuela.

Atualmente, graças à força, fé e esperança que todo imigrante e refugiado leva no coração e na alma, com seus poucos pertences numa sacola ou mala, consegui passar pelo tempo de experiência de três meses com carteira assinada e meus direitos de trabalhador garantidos pelo sistema da CLT brasileiro numa rede de supermercados na cidade do Rio de Janeiro. Sinto que meus chefes e colegas de trabalho me respeitam e valorizam meu trabalho e a forma como penso. Eles mudaram a visão sobre os venezuelanos, porque perceberam que somos trabalhadores, com capacidades, inteligência, habilidades e temos sonhos, como todo ser humano. Percebem que, apesar da jornada dura e longa de trabalho pesado de 10hs diárias por um salário mínimo, com estudo superior, sem família, nem amigos, não desanimamos diante das adversidades e dificuldades. Isso chamou a atenção de todos e até modificou o ambiente de trabalho, porém, não sei até quando vou aguentar nesse ritmo.

Não posso esquecer de agradecer, também, à Cruz Vermelha Brasileira, por meio da Dona Lílian Bastos, pelo apoio humanitário com a ajuda de recursos, de modo especial alimentação nos momentos mais difíceis.

Acredito que a Cáritas faz um trabalho fundamental há muito tempo com os refugiados no Brasil e no mundo, porém, eles precisam muito mais de leis e de políticas de migrações dos governos que garantam cidadania. A gente sente que, tanto nas fronteiras como nas capitais, não existem infraestruturas de acolhida e de apoio para os imigrantes e refugiados no primeiro momento em que chegam ao país – e este momento é fundamental para conseguir superar as inúmeras dificuldades e, assim, poder continuar suas vidas.

Apesar de todo o esforço do governo, com a aprovação de uma nova Lei de Migração, que entrará em vigor em 180 dias, ainda existe um abismo entre a

lei e a realidade nossa de imigrantes e refugiados, especialmente na acolhida (alojamentos), e não é suficiente o apoio e a estrutura das igrejas e do ACNUR.

Por que os governos não financiam os projetos da sociedade civil que existem e funcionam? Por que não fazer políticas de integração entre os países da região? Por que não temos coragem de assumir, juntos, sociedade, governos, organismos, o tema dos refugiados e dos imigrantes? Por que não temos a coragem de enfrentar as causas da migração forçada: a fabricação de armas, o tráfico de drogas, a violência urbana, o desemprego, as decisões políticas mesquinhas e sem ética? A economia que explora e exclui as pessoas? Será que a culpa está nas vítimas do sistema injusto? Nós, imigrantes e refugiados, obrigados a fugir para salvar suas vidas? No empobrecimento dos povos, causado e pensado conscientemente pelos Impérios do Mercado? São tantas as perguntas que me faço sem resposta. Mas não perco a esperança nem a utopia de um futuro totalmente novo e diferente.

Depois de dezoito meses vivendo no Brasil, posso dizer que as diferenças em relação à Venezuela são muito marcantes. Especialmente no que diz respeito aos Direitos Humanos, que já não existem mais no meu país onde, diariamente, morrem muitas pessoas inocentes em sua luta pela democracia. Por que tanta gente inocente deve morrer em nossos países?

Desde esta tribuna solicito o apoio da Igreja Católica, por meio do Papa Francisco, que interceda e possa ser o mediador da paz e da democracia em meu país. Fico confuso, mas também apoio, a comunidade internacional pela sua posição diante do meu país neste momento.

Sou muito grato por todas as oportunidades que surgiram no meu caminho neste país, pelas pessoas sensíveis, solidárias e que souberam entender minha situação e respeitar minha cultura. Pelos espaços de acolhida, pelas instituições presentes na vida do imigrante e do refugiado. Não entendo e nem aceito a atitude de muitos brasileiros que se esqueceram do passado e de suas raízes migratórias, e que agora sentem medo e

são xenófobos em relação aos últimos que chegaram ao país. Penso que as pessoas são mais importantes que a soberania e a segurança nacional dos países e esta visão temos que superá-la, juntos.

A criação e o planeta Terra foram um presente do Criador como nossa casa comum e nela temos o direito de viver e de nos mover. Temos a responsabilidade de respeitar os donos desta terra, os povos indígenas que, bem antes da chegada dos “descobridores”, já viviam aqui. Os povos indígenas do Brasil e da Venezuela devem ser respeitados em sua dignidade e em seus direitos de seres humanos, como qualquer outro povo.

A Terra não é monopólio nem propriedade privada de ninguém, ao contrário: é tua, é minha, é nossa única casa, como espaço de vida e de relações fraternas e solidárias, com o dever e o compromisso de cuidá-la com carinho, responsabilidade e, sobretudo, com amor, para que todos vivamos com dignidade, e ninguém tenha que sair do seu lugar de origem de forma violenta ou forçada para sobreviver e para buscar segurança e paz. A migração deve ser livre e espontânea e jamais da forma violenta, como está acontecendo hoje com milhões de seres humanos. Atenção ao meu grito: “amanhã pode ser você”.

Que Deus proteja o Serviço de Pastoral dos Migrantes (SPM) e o nosso Papa Francisco, quando diz “Igreja sem fronteiras, Mãe de todos”

Jose Rafael Bolívar

NO FINAL TUDO VAI DAR CERTO!

Começamos nosso relato com um esclarecimento: nós não somos escritores, não somos políticos e não somos poetas, somos somente mais alguns migrantes, estatisticamente falando... Mas temos uma oportunidade que muitas pessoas, migrantes ou não, gostariam de ter que é a de escrever algumas linhas para serem publicadas. Portanto, vamos ser o mais possível honesto e escrever fatos, histórias, transformações e percepções do que nos aconteceu desde a saída do nosso país.

Somos um casal colombiano com três crianças, que deixamos o nosso país há vinte e oito meses – dezenove dos quais temos vivido no Rio de Janeiro... Quando você nasce em um país como a Colômbia, que tem lutado por mais de sessenta anos contra a guerrilha, paramilitares, tráfico de drogas, corrupção, desemprego, desigualdade, falta de acesso à educação, entre muitos dos ingredientes que afetam o progresso de um país, você cresce e crê que o mundo é assim! Assim como mostram na televisão, assim como comentam no rádio, ou como você vê nos jornais. Portanto, em quase toda a sociedade colombiana existem certos “códigos” que fazem parte da memória coletiva e são baseados na prudência... “Prudência” é o que lhe ajuda a sobreviver e o que mantém você longe de problemas ou confusão; é o que lhe permite viajar e conhecer o território nacional. É ela, também, que permite que você encontre pessoas e faça amigos facilmente porque você não lhes faz muitas perguntas, não importa a inclinação política ou religiosa que têm ou quais são os seus negócios e sua fonte de renda... Você só gosta de compartilhar um bom momento, tomar um café, uma cerveja ou um licor típico, assistir a um jogo de futebol ou conversar um pouco, especialmente porque somos muito propensos à festa e à rumba, e a fazer muitos amigos... Somente quando se é “apontado” você percebe a superficialidade de suas amizades e até mesmo duvida de muitos, já que não sabe realmente nada sobre a vida de cada um deles.

É por isso que não é aconselhável falar sobre o que está errado; você pode pensar, mas é melhor não dizer ou pode ser considerado como “ativista”, “facilitador” ou “militante” de qualquer um dos lados que disputam e desfrutam do poder. Caso contrário, você tem uma vida normal...

Somos artistas plásticos que há muitos anos viajamos pela Colômbia e por vários lugares fazendo exposições e participando de concursos, feiras e manifestações artísticas por meio dos quais conhecemos boa parte do nosso país. Nossa oficina ficava em um lugar muito tranquilo e bonito, em uma vila muito perto de Bogotá, e tudo funcionava relativamente bem até que, sem entrar em muitos detalhes, fomos vistos como “ativistas” (talvez por falta de prudência).

A grande maioria das pessoas que estão em meio a essas lutas de poder deixam tudo o que têm e vão para as grandes cidades colombianas... Há muito tempo. É por esta razão que a Colômbia é o país com o maior número de deslocados internos pela violência: são quase seis milhões de pessoas de acordo com os censos ACNUR que estão voando como borboletas em meio às grandes cidades colombianas. Este é um grande problema social, mas graças aos meios de comunicação, ao “reality shows”, aos jogos de futebol, às “narconovelas” e aos concursos de televisão, pessoas internamente deslocadas (que são um problema em potencial) agora só fazem

parte da paisagem e já não são notícia, já não são tão importantes; são muitos os deslocados e as políticas do estado não são tão específicas a respeito desse tema. O que é certo é que todos os deslocados e, claro, a maioria dos colombianos, não sabe que existe asilo político ou refúgio; não há divulgação dos direitos que se tem de pensar em uma opção de vida em outro lugar – isto é apenas para milionários. Não se fala sobre políticas de migração, somente se vê nos noticiários que “x” ou “y” político ou empresário reconhecido roubou dinheiro e pediu asilo em outro país... No meio deste panorama o melhor é sempre ser prudente, é não perguntar muito.

E chegou o momento de pensar... O que fazemos agora? Pois. Tomamos uma das decisões mais difíceis de nossas vidas, que foi deixar o país sem dizer a ninguém o motivo, por nossa conta e risco, e com a confiança de que algum dia a verdadeira paz reine em nossa pátria e os processos de paz e reconciliação sejam realizados em conjunto com políticas sociais que atinjam um maior número de pessoas.

Essas decisões de se deixar o país deveriam ser tomadas com calma, com tempo, considerando que elas são uma mudança radical na vida; quando você tem o tempo e a tranquilidade para essas decisões, tudo está bem. Mas quando você é visto como ativista de um grupo de extrema esquerda ou de extrema direita, as decisões são tomadas rapidamente na Colômbia.

Sáimos em nosso pequeno, mas corajoso, automóvel, que suportou uma viagem de mais de dez mil quilômetros, com cinco pessoas e a bagagem que nós embalamos às pressas... O outro carro que tínhamos para o nosso trabalho, uma caminhonete do tipo Kombi, tivemos que vender por quase metade do valor comercial, com a pressa e com a dor de não podermos viajar nela – mais cômoda e apta para essa aventura –, pois a documentação só permitia dois passageiros.

Já sabíamos de antemão que sair do país não era difícil porque nas nossas andanças com a pintura havíamos participado de um concurso de pintura no Peru, há alguns anos, sem maiores contratempos, graças ao

acordo do Mercosul. Por esta razão, saímos em busca de um lugar melhor para nos estabelecermos, mesmo se tivéssemos de ser “errantes”, vagando de um lugar para outro, ou de país em país, à procura de um lugar para viver melhor.

Sem mais detalhes, o fato é que viajamos por dez meses pelo Equador, Peru e Bolívia, conhecendo e aprendendo com esta nossa “nova vida”; aprendendo com as pessoas e, especialmente, aprendendo sobre nós mesmos, nos conhecendo melhor e nos fortalecendo um pouco mais. Foi tão grande a nossa mudança interna, a mudança na nossa forma de pensar, na nossa forma de sentir e na nossa maneira de ver a vida que, de certa forma, queríamos que todo o mundo tivesse a oportunidade de viajar para ampliar um pouco seu ponto de vista sobre a vida. Não viajar forçadamente, como nosso caso, mas sim ter a oportunidade de conhecer mais a fundo outras culturas. Cada país, cada região, tem algo para ensinar, bom ou ruim; mas esse “algo” não se aprende apenas indo de férias para locais turísticos... Só se aprende convivendo com as pessoas comuns no dia a dia.

É claro que ninguém sabia as razões pelas quais estávamos viajando, pois não contamos nada a ninguém por nosso próprio código de prudência, e nem mesmo nossos filhos sabiam exatamente por que saímos da Colômbia.

O sistema que representa a palavra REFÚGIO, o conhecemos aqui no Rio de Janeiro aonde fizemos a solicitação para sermos amparados pelo governo brasileiro... Com isso começa um novo capítulo de nossas vidas.

Antes de chegar ao Rio, o que conhecemos de mais parecido com a palavra REFÚGIO foi um lugar na Bolívia. Um lugar bonito e calmo, fundado por uma senhora suíça, amante das boas causas, que comprou uma terra e fez um espaço digno para a chegada de animais em condições de risco. Havia cavalos, lhamas, jaguatiricas, pássaros, javalis, macacos, lince, várias tartarugas, enfim, uma série de animais que, por uma razão ou outra, chegaram até lá para salvar suas vidas...

E assim como o destino leva em uma correria incerta, chegamos ali e tivemos a oportunidade de alugar um bonito espaço dentro do imenso zoológico e montamos uma área de acampamento. A ideia era proporcionar aos nossos filhos a possibilidade de conhecer e conviver com os pobres animaizinhos que agora “eram felizes”; e dormindo ali em barracas, que pagamos, estávamos ajudando...

Foi lindo! Os animaizinhos, graças a nós e a todos os que se sensibilizaram de um ou outro modo, recebiam comida e dormiam em jaulas cômodas. O lugar era muito bonito, desde a entrada, que obviamente tinha um custo para manter os animais e o espaço, os turistas podiam tirar quantas fotos quisessem com os animais recuperados. Assim, alguns macacos estão livres e parece que amam as câmeras. Quase adotamos uma macaca chorona que sempre estava em cima de nós. No meio do zoológico uma linda loja de artesanato... Feita também pela senhora dona do lugar, e claro, dentro do ambiente interessante e com vários lugares onde você, com sua vontade de ajudar, podia fazer doações em urnas que sempre estavam cheias. Não se sente fome lá dentro, fica tranquilo! Também se pode comprar deliciosos sucos, sanduíches, refrigerantes... Enfim, um ótimo dia no zoológico ajuda e diverte.

Os empregados? Não, o objetivo não é o lucro, não há empregados, não é uma empresa; é uma forma de não deixar morrer os animais (é uma grande obra de caridade, compaixão e solidariedade). Funciona, também, com o bom coração de jovens vindos de muitas partes do mundo. Eles pagam uma quantia em dinheiro para entrar na lista e “ajudar” voluntariamente, de modo que cerca de vinte “muchachos” disputavam a oportunidade de lá trabalhar para fazer toda a manutenção, limpeza das jaulas, distribuição dos alimentos e para preparar os alimentos que eles mesmos consomem. É uma dieta vegetariana, ou seja, os animais também são bons e compartilham suas frutas e verduras com “los chicos” que os limpam e os protegem. Com o que “los muchachos” pagam, acreditamos, compram os alimentos ou, talvez, alguém com outro imenso coração doe

os alimentos para ajudar a “boa causa”. Na verdade, não temos certeza... Para nós, a única coisa que interessou naquele momento foram as fotos! E nos sentimos bem porque ajudamos; ademais, são “tão raros e vulneráveis aqueles animais”! Onde mais poderíamos estar tão perto deles? Somente ali no ZOOLOGICO EL REFUGIO, em Samaipata, Bolívia.

Saímos da Bolívia com algum dinheiro guardado que acreditávamos que seria suficiente para chegar até o Rio de Janeiro, lugar que nos indicaram para encontrar “uma pessoa” que poderia ajudar-nos com a oportunidade de nos estabelecermos. Lembre-se que nós não conhecíamos os nossos direitos, e nossa história era somente nossa, não podíamos dizer que estávamos fugindo, nem mesmo aos nossos filhos... Imaginam? Com certeza ficariam na dúvida se tínhamos feito algo ruim e por isso estávamos fugindo... o que seria normal. Nossas economias acabaram em Três Lagoas, onde o carro sofreu grandes danos e consumiu quase todo nosso dinheiro.

Finalmente, depois de muito esforço, chegamos ao “RIO DE JANEIRO: A CIDADE MARAVILHOSA”, em busca de ajuda... A CÁRITAS RJ entrou em nossa vida com uma grande quantidade de informação e esperança, uma mão amiga que podia realmente nos ajudar. E efetivamente nos receberam. Nos colocaram em um lugar seguro, embora temporário, para viver com dignidade com as crianças. Recebemos orientação para conseguir a documentação a que temos direito como “solicitantes” (protocolo, CPF, carteira de trabalho e inscrição no SUS). Preocupados com nosso carro falamos da necessidade dele para trabalhar e da possibilidade de mantê-lo no Brasil, porém não tivemos resposta – já que a legislação brasileira não tem artigos que possam cobrir as exigências de uma família que pede refúgio e que tenha chegado num carro. A única resposta que temos até o momento é que “somos a primeira família a tentar fazer esse procedimento”. Realmente, se soubéssemos que o “custo” da solicitação de refúgio era o nosso carro, nosso único bem resgatado ao sair da Colômbia, nunca o teríamos solicitado. O triste é o

dano que uma pessoa é capaz de fazer a outra quando talvez tenha toda a intenção de ajudar, mas não tenha os meios. Isso aconteceu com a funcionária que, sem saber o “valor” do nosso carro, assegurou que tinha “a situação sob controle”, mas depois de alguns meses simplesmente disse a frase mais escutada por nós nos últimos tempos: _ “Infelizmente não conseguimos”.

E, obviamente, temos que ter paciência e esperar que “tudo dê certo”.

O Rio de Janeiro é uma cidade bonita, que mostra a grandeza do povo brasileiro; uma cidade cheia de vida e tradição, turismo, cultura, com um ritmo rápido e exigente, e seus habitantes geralmente são acolhedores, são falantes, com grande senso de solidariedade e muito sensibilizados pela mídia sobre a questão dos refugiados. Conhecemos pessoas e instituições muito interessantes que estão na luta constante para apoiar de alguma forma “o refugiado”; e também pessoas que estão tratando de “ajudar-se com o mesmo tema”.

Assim, a nossa conclusão final sobre esta longa e confusa história é que o Rio é o zoológico que nos acolheu. Comemos graças às cestas básicas que nos são doadas e, principalmente, graças ao dinheiro que conseguimos com nosso trabalho de artistas. Temos uma casa (jaula) – que somente graças ao nosso trabalho como artistas estamos conseguindo pagar. Muitas pessoas de bom coração nos desejam o melhor e, com muita compaixão e até lágrimas nos olhos, tiram fotos e nos entrevistam.

Não podemos partir. Nos mantêm presos aqui o nosso carro – abandonado em alguma rua da “cidade maravilhosa” que acolhe a torto e a direito com bondade, mas sem se dar conta de que a cada dia as oportunidades para seus próprios habitantes e para os refugiados se tornam mais e mais reduzidas graças à crise econômica e política que a atravessa.

Nesse caso, nós somos uma família que não se sente em seu habitat natural, que faz parte da paisagem e da realidade, que é uma boa causa para as pessoas realmente boas (que sim, existem) e um ne-

gocio muito bom para as mesquinhas que disfarçam suas boas ações para benefícios próprios... Por que há gente que vende a preços altos desenhos e fotografias de crianças refugiadas? Porque há alguém que compre! Isso é muito o que temos vivido. E é triste quando uma vez ou outra sentimos que ser refugiado hoje em dia é um bom negócio... Para aqueles que usam o refúgio como alternativa de vida próxima à mendicância, está bem. Para os que simplesmente necessitam ter um documento brasileiro para emigrar para outro país, está bem. Para nós é temporário. É um momento da vida que pode acontecer a qualquer pessoa no mundo, sem importar se a guerra de seu país sai nas notícias ou não, independentemente de raça, idade, sexo, nacionalidade. Amanhã pode ser você!

Aconteceu com a gente e sem perceber somos novos habitantes no Rio. Sem nos darmos conta estamos aprendendo cada dia mais a ser cariocas. Conhecemos bons amigos que tem uma visão otimista e não pessimista do problema. Aprendemos a agradecer a cada dia o direito de se estar vivo, aprendemos que não precisamos de uma casa grande e cheia de luxo para sorrir, aprendemos que quem vale a pena é quem apoia você em suas ideias e não quem reprova sua forma de fazer as coisas. Aprendemos que o ser humano perde demasiado tempo em coisas banais para mostrar aos outros o quanto é bom. Aprendemos que, realmente, “ninguém sabe o que tem até que perde”. Aprendemos a amar nossas raízes e somos gratos pela oportunidade de podermos nos expressar. Aprendemos a viver aqui enquanto assim deve ser, mas o que ainda não aprendemos é que em qualquer lugar do mundo também devemos ser prudentes.

Leonardo Ruge e Ninibe Forero

COLOMBIANXS POR LA PAZ - RIO DE JANEIRO: ENTRE A MOBILIZAÇÃO PELA PAZ E A APOSTA POR UMA CIDADANIA TRANSNACIONAL

Catalina Revollo Pardo ¹
Ana Elizabeth León González ²
Andrea Catalina León Amaya ³

Este artigo tem por objetivo descrever a trajetória do coletivo de migrantes colombianos e colombianas residentes no Rio de Janeiro, chamado Colombianxs por la paz - RJ. Para tanto, apresentamos uma contextualização da situação política colombiana relacionada ao caráter migrante do povo colombiano, seguido da descrição da composição e trajetória do coletivo na conjuntura política do referendo do acordo de paz assinado em Havana entre as FARC-EP⁴ e o Governo colombiano. Por fim, elaboramos uma descrição das atuais configurações e iniciativas do coletivo, relacionadas à atual conjuntura pós-acordo de paz.

A Colômbia tem vivenciado por mais de 60 anos o conflito social, político, econômico e armado, fato esse que gerou uma profunda crise humanitária no país e na região. O Centro Nacional de Memória Histórica (2013, p. 21) afirma que “a apropriação, o uso e a posse da terra tem originado e perpetuado o conflito armado”⁵. O problema da distribuição das terras e territórios é um ponto central para compreender a articulação do conflito colombiano, pois essa situação tem gerado profundas desigualdades na sociedade colombiana.

CONTEXTO COLOMBIANO

O conflito social, político, econômico e armado acontece na atualidade em contextos urbanos e rurais, mas os confrontos acontecem principalmente nas áreas rurais, onde os diferentes grupos armados disputam o controle das terras, com a pretensão de dominar as atividades do agronegócio, a mineração e o tráfico e produção de drogas. As pessoas que moram nessas regiões (camponeses, comunidades indígenas e afrodescendentes) são as mais afetadas pelos confrontos, fumigações⁶ e megaprojetos de exploração agrícola e mineradora das transnacionais (ligados ao projeto político do governo). Essas comunidades são obrigadas a se deslocarem das regiões rurais para os centros urbanos (ou outras regiões rurais) para garantir sua segurança.

Nesse contexto, pode-se observar que a Colômbia é um Estado “democrático”, com uma política neoliberal e uma estratégia militar ligada ao domínio dos Estados Unidos na região. Colômbia

é um dos poucos países da América Latina que não passou por períodos prolongados de ditadura militar. No entanto, as estratégias de poder e controle exercidas por meios violentos, similares aos dos regimes ditatoriais, dão conta de uma ditadura disfarçada de regime “democrático de direito” neoliberal. Desse modo, as iniciativas dos movimentos sociais têm sido alvo de uma perseguição política constante, que se utiliza do maquinário armamentista estatal que é patrocinado, por sua vez, pelo governo dos Estados Unidos.

A Colômbia, pois, se caracteriza não somente por ser o país com o conflito armado mais prolongado do continente, mas pelo histórico mais pronunciado de extermínio e de repressão política, embora se orgulhe de ter cem anos de democracia formal quase sem interrupções (GUTIÉRREZ, 2014)⁷.

Segundo Fajardo (2015), a estrutura da agroindústria se baseia nas grandes propriedades, sacrificando as terras das comunidades, baldios e médios produtores, pequenos camponeses e trabalhadores sem-terra. Essas características também se relacionam a lavagem de ativos, gerando a aliança latifúndio-narcotraficante-paramilitares, o que potencializa a concentração da propriedade agrária em mãos de empresas transnacionais agrícolas e mineradoras. A problemática da distribuição da terra, ligada à urbanização da sociedade colombiana das últimas décadas e vinculada, também, ao modelo de desenvolvimento neoliberal implementado

nos anos noventa provocou o processo de privatização da saúde, educação, previdência social (entre outros), após a implementação da nova Constituição de 1991, com efeitos negativos para a população colombiana e ensejando êxodos forçados e voluntários da população colombiana dentro e fora das suas fronteiras.

Temos, por outro lado, que a Colômbia é o país com maior quantidade de emigrantes⁸ na América do Sul e que possui a maior taxa de deslocamento forçado⁹ do hemisfério ocidental¹⁰, em decorrência do conflito social, político, econômico e armado. Com esse destacado fenômeno de mobilidade dentro da América Latina e no mundo, o qual está intimamente relacionado à condição política, econômica e de ordem pública do país, a população colombiana migrante vem se estabelecendo, encontrando e conhecendo diferentes lugares do mundo, com a intenção de configurar suas cotidianidades em latitudes menos violentas, mais igualitárias e em convívio com a possibilidade de pluralidades políticas.

A configuração de comunidades de colombianos no exterior é de longa data, com destinos tradicionais como os Estados Unidos, a Espanha e, anos atrás, a Venezuela. Como resultado dessas configurações comunitárias no exterior, os colombianos vêm conformando associações, grupos, coletivos, entre outras iniciativas organizativas de migrantes. Estima-se que sejam 572 associações, inscritas no Diretório de Associações de Colombianos no Mundo do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia¹¹.

¹ Pós-doutoranda no Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integrante do Coletivo Colombianxs por la paz -RJ.

² Mestranda no Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), integrante do Coletivo Colombianxs por la paz -RJ.

³ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Justiça Administrativa (PPGJA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), integrante do Coletivo Colombianxs por la paz -RJ.

⁴ Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo.

⁵ Tradução das autoras.

⁶ As fumigações são feitas com glifosato e outras substâncias químicas com efeitos devastadores para as pessoas e o meio ambiente, com o objetivo de erradicar as plantações de coca, mas, em realidade, outros tipos de plantios acabam afetados.

⁷ No período estudado por Gutiérrez, correspondente aos anos 1910 - 2010, destaca-se o período iniciado em 1949, quando do fechamento do Congresso, seguido por uma fase de censura e de governo militar (o de Gustavo Rojas Pinilla), até a instalação de uma Junta de Transição em 1959.

⁸ De acordo com a última publicação do Informe Migratório Sul-americano nº 1 Ano 2017 da Organização Internacional para as Migrações (OIM), dentre as tendências migratórias na América Latina e o Caribe, a Colômbia apresenta o maior número de emigrantes para a região. Estima-se que 2.638.852 são emigrantes, o que equivale a 5,3% da população colombiana.

⁹ O informe do representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Francis M. Deng, Resolução 1997/39 da Comissão de Direitos Humanos, apresenta os princípios reitores dos deslocamentos internos. Segundo o informe, entende-se que deslocados internos são as pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas a deixar seu lar, para evitar os efeitos de conflito armado, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou, mesmo, catástrofes naturais (ou provocadas pelo ser humano) e que não tenham cruzado fronteiras estatais internacionalmente reconhecidas.

¹⁰ De acordo com as estatísticas oficiais do governo colombiano do Registro Único de Vítimas(RUV), estima-se que de 1985 até 2017 sejam 7.400.000 pessoas vítimas do deslocamento forçado na Colômbia.

¹¹ A base de dados das associações de colombianos no exterior faz parte do programa Colombia Nos Une, e encontra-se publicada em: <http://www.redescolombia.org/ejes/plancomunidad/asociaciones/>

TRAJETÓRIA DO COLETIVO COLOMBIANXS POR LA PAZ - RJ: UM RELATO INICIAL

O coletivo de Colombianxs por la Paz - RJ nasce no contexto da fase final das negociações de Paz entre as FARC-EP e o governo colombiano, que se iniciaram em 2012 e culminaram, em 2016, com a assinatura do Acordo de Paz entre as delegações do governo e do grupo insurgente, em Havana (Cuba). Ao se definir um plebiscito, como mecanismo de manifestação da opinião da comunidade de cidadãos sobre o “Acordo Final para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura” – composto por seis pontos: 1) Reforma Rural Integral; 2) Participação Política; 3) Fim do Conflito; 4) Solução ao Problema das Drogas Ilícitas; 5) Vítimas; e 6) Implementação, Verificação e Referendo –, o governo colombiano esperava legitimar os mecanismos e as estratégias com as quais se daria fim ao conflito armado com as FARC-EP.

Considerando essa conjuntura no país, grupos diversos de colombianos e colombianas residentes no exterior iniciaram uma mobilização voltada para a exigência de garantias de participação em face da votação convocada para o dia 2 de outubro de 2016. Na iniciativa de coletar assinaturas e mobilizar ações de exigibilidade do direito ao sufrágio e de garantias suficientes para o exercício desse direito, perante o Consulado Geral da Colômbia e São Paulo e outras autoridades colombianas, pessoas com trajetórias e interesses diferentes, no Rio de Janeiro, convergiram para juntar forças e realizar ações a favor da Paz na Colômbia.

No entanto, o coletivo surge também pela articulação com outras iniciativas organizadoras de caráter político e cultural, criadas por migrantes colombianos e latino-americanos no Rio de Janeiro. Coletivos como a Rumba Tipo Colômbia, o Coletivo La Clandestina e o Movimento Social e Político Marcha Patriótica vinham atuando desde 2012 e constituem processos anteriores fundamentais, que possibilitaram a confluência cidadã surgida no contexto do plebiscito pela paz¹².

Entretanto, no cenário da política colombiana, lançava-se a campanha ampla de vários setores, no nível na-

cional e internacional, pela qual se convidava a população colombiana a votar no SIM no plebiscito endereçado a referendar o Acordo de Paz. O coletivo nascente Colombianxs por la Paz - RJ decidiu fazer parte da campanha “La Paz Sí es Contigo, Yo Voto Sí” e somou-se à Agenda Internacional de Iniciativas Ciudadanas por la Paz (junto ao coletivo de Ciudadan@s por la Paz em Paris). Desse modo, começamos o trabalho de intercâmbio de propostas e diálogos virtuais em torno das estratégias de participação política dos colombianos/as no exterior e de ações para dar visibilidade internacional ao processo de Paz na Colômbia e ao Acordo de Paz.

Levando isso em conta, realizamos várias atividades apoiando o “sim” na votação do plebiscito. A sequência de ações iniciais incluiu uma primeira chamada, no final de agosto, para discutir propostas e propiciar o diálogo virtual com o Consulado colombiano em São Paulo¹³. No mês de setembro, seguiram-se encontros culturais e de campanha pelo “sim”: um SÍrau por la Paz; um encontro para assistir ao jogo Brasil versus Colômbia, que terminou com uma festa promovida pelos DJs do Coletivo La Clandestina; uma Pataconada por la Paz, no Bar “Estrelas da Babilônia” (administrado por uma colombiana e um belga), onde oferecemos comidas típicas e se promoveu a campanha La Paz Sí es Contigo; e, por fim, um encontro para assistir à transmissão via streaming da cerimônia da assinatura do Acordo de Paz em Cartagena.

Ganha destaque, como ação muito relevante no processo de consolidação do coletivo, o “SÍrau”, evento cultural aberto realizado na Praça Marechal Âncora, com ações voltadas para a pedagogia de Paz; apresentações musicais do Coletivo La Clandestina e o grupo de salsa “Mango Mambo”; uma aula aberta de cumbia e poesia; e espaço para estampar camisetas com a logo da campanha. A ocasião foi aproveitada para realizar uma ocupação cultural na Casa Colômbia, local destinado aos visitantes dos Jogos Olímpicos Rio 2016, onde foram apresentadas mostras da cultura e da gastronomia do país. O coletivo realizou um ato de visibilidade e apoio ao Acordo de Paz diante dos visitantes da Casa, tendo a possibilidade de dialogar com as pessoas, con-

tar o que estava acontecendo na Colômbia e promover o voto no “sim”.

A pergunta que definiria o referendo do Acordo de Paz era: “¿Apoya usted el Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera?”. Devendo marcar “Sim” ou “Não” como únicas respostas possíveis, o povo colombiano decidiria o ponto de partida oficial para pôr fim ao conflito armado com as FARC-EP e dar ensejo à possibilidade de transformar a história dos mais de 60 anos de guerra interna.

Considerando a impossibilidade de votar por parte de muitos membros do coletivo, realizamos uma jornada de voto simbólico, onde participaram mais de oitenta pessoas com as quais assistimos a transmissão do plebiscito, no dia 02 de outubro de 2016, e acompanhamos o resultado negativo (derrota do “sim”). O “sim” obteve 49,76% dos votos, enquanto o “não” atingiu 50,23%, assinalando uma acirrada vitória da manifestação de “não respaldo” ao Acordo de Paz assinado em Cartagena, em meio a um cenário de preponderante abstencionismo¹⁴.

O pós-plebiscito representou, na Colômbia, um novo momento de mobilização cidadã e de adensamento das ações dos movimentos sociais, na convicção de não abrir mão da oportunidade histórica de se apropriar do conteúdo do Acordo de Paz, de atender ao clamor das vítimas sobreviventes e de não desistir no compromisso das bases sociais pela solução política (não militar) do conflito social, político, econômico e armado. No dia 4 de outubro, o movimento de estudantes saíram às ruas, numa Marcha em silêncio por la Paz que teve grande repercussão, e novas ondas de manifestações cidadãs, ocupando praças e parques

em apoio à Paz¹⁵, marcaram com novos nuances a tensão e a incerteza política. Enquanto o governo nacional realizava reuniões com as elites políticas e a Mesa negociadora em Havana recebia propostas dos setores que se opunham ao Acordo de Paz, para inserir ajustes e modificações, os movimentos sociais e as diversas expressões cidadãs exigiam ser ouvidas e fazer parte da fase de ajuste. A diáspora colombiana no exterior não ficou de fora e somou-se às notas públicas e às ações de mobilização virtual. A nota intitulada “La Paz en tiempos de ciudadanía”¹⁶, levada à Mesa em Havana, assinada também pelo coletivo Colombianxs por la Paz RJ, foi exemplo dessas novas confluências.

Dessa maneira, a conjuntura pós-plebiscito ensejou uma segunda fase de mobilização do nosso coletivo, focada na abertura e geração de espaços de debate para refletir sobre as consequências políticas do resultado do plebiscito, junto a centros acadêmicos e movimentos sociais no Rio de Janeiro. O respaldo ao Acordo de Paz, a despeito do “não” que se impôs no plebiscito, e atrelado à mobilização cidadã que seguiu se fortalecendo no território colombiano e no exterior, continuou a motivar atos simbólicos e eventos acadêmicos convocados pelo coletivo. Exemplo dessa articulação foi o encontro “Mariposas Amarillas: Diálogos Latino-americanos sobre guerra e paz na Colômbia”, realizado em novembro de 2016 na UERJ, em parceria com o Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) e com o apoio da Faculdade de Direito da UERJ e do Fórum Justiça. Como registrado no relato desse evento, publicado na página web do Fórum Justiça, “o evento respondeu ao interesse de diversos centros acadêmicos e movimentos sociais em conhecer e acompanhar a conjuntura colombiana e visou estimular a análise e compreensão da questão

¹² Salientamos, como parte do processo antecedente, a “Campanha de solidaridad internacional por la paz de Colombia” (2011 - 2012); “Cineclub Colombia en Marcha” (2012); “Campanha por la libertad de presos políticos en Colombia” (2013); ato simbólico em apoio ao “Paro Agrário” (2013); Pelada pela Paz (2013); “Foro por la Paz de Colombia” (Porto Alegre, 2013); “Colombia Al Derecho y Al Revés” (2014); “Jornada de solidaridad por la paz con justicia social en Colombia” (2015); Ato simbólico pelos presos políticos (2016).

¹³ No dia 31 de agosto de 2016 foram realizadas duas reuniões – no antigo albergue “O Abacateiro” (em Botafogo, administrado por uma colombiana) e na Biblioteca Parque Estadual (hoje fechada em razão da crise de corrupção e financeira do Estado do Rio de Janeiro).

¹⁴ Do total de colombianos habilitados a votar, 62,59% não foi às urnas. Isso significou a maior abstenção dos últimos 22 anos, segundo a informação publicada na imprensa à época. Vide: <http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/abstencion-en-el-plebiscito-por-la-paz-36672>

¹⁵ Dentre elas, destacou-se a iniciativa “Paz a la Calle”.

¹⁶ <https://www.yumpu.com/es/document/view/56236464/la-paz-en-tiempos-de-ciudadania>.

¹⁷ A relatoria pode ser consultada em espanhol, na íntegra, em: <http://www.forumjustica.com.br/es/mariposas-amarillas-dialogos-latino-americanos-sobre-guerra-e-paz-na-colombia/>

¹⁸ Compartilhado por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/0B5Zl5iU7pwBuczFhbm5FRjFSUFNPZOVpQVhnUUUzMKzPjX1p/view>.

colombiana como parte de uma conjuntura regional que nos chama a pensar processos e desafios em comum”¹⁷.

Desde então, o coletivo continua a organizar encontros culturais, acadêmicos e de integração da comunidade colombiana, ações que vêm consolidando, com vocação de permanência, um processo coletivo no qual confluem as potencialidades da experiência migratória e da agência política, para além e para além das fronteiras territoriais, como uma forma de cidadania alternativa.

Desse modo, seguiram-se em sequência: nota pública “Paz com garantias JÁ!”¹⁸, em apoio aos líderes sociais e defensores/as de direitos humanos ameaçados ou em risco na Colômbia; a comemoração do “día de las velitas” em dezembro passado; o “Pôr do sol em Arpoador”, comemoração interativa do Dia Nacional de Solidariedade com as Vítimas do Conflito Armado (9 de abril). E, mais recentemente, a Campanha #DoaPorMocoa, no âmbito da qual realizamos uma “Feijoada Solidária” na Ocupação Vito Gianotti, para arrecadar fundos destinados às pessoas, famílias e comunidades vítimas do desastre socioambiental ocorrido em Mocoa (Putumayo, localizado na região da Amazônia colombiana). Ao mesmo tempo, uma pauta voltada para a constituição e fortalecimento de redes entre migrantes colombianos/as e com projeção para a articulação com outros coletivos e movimentos no Rio de Janeiro e no Brasil vem sendo discutida: a criação do blog do coletivo será uma ferramenta importante nesse intuito.

ENCERRANDO ESTE RELATO INICIAL: PROJEÇÕES PARA UMA CIDADANIA TRANSNACIONAL

Como Coletivo de Colombianxs por la paz -RJ, reconhecemos a necessidade de consolidar um processo de cidadania transnacional, no qual as ações do coletivo enriqueçam os processos do movimento de migrantes no Rio de Janeiro e no Brasil e também mantenham um vínculo ativo com a conjuntura colombiana. Isso se expressa no acompanhamento da implementação do acordo de paz com as FARC-EP, bem como da negociação de paz com o ELN, e na construção de propostas para um país em pós-conflito, em meio a um

cenário político que se complexifica, face ao período eleitoral de 2018 e ao delicado cenário de risco para as lutas e reivindicações dos movimentos sociais – já que suas lideranças continuam sendo assassinadas. Salientamos e agradecemos a oportunidade de socializar este agir coletivo transnacional, pois dar visibilidade à situação na Colômbia é a maneira mais eficiente que temos à mão para proteger a integridade das pessoas que estão de lá construindo um novo país.

Daqui, exercemos cidadania motivados pela convicção de que é possível a construção cotidiana de uma paz com justiça social, no nosso país Colômbia, no Rio de Janeiro, no Brasil e na nossa América. E, como imigrantes nesta cidade, acompanhamos, desde diferentes lugares (conforme a pluralidade de inserção social e de vínculos e redes tecidos pelos/as integrantes do coletivo), a luta pela ampliação (e contra o retrocesso) dos direitos, das conquistas sociais e dos espaços democráticos.

REFERÊNCIAS

DENG, Francis M. Naciones Unidas. Informe del Representante del Secretario General presentado con arreglo a la resolución 1997/39 de la Comisión de Derechos Humanos, adición Principios Rectores de los desplazamientos Internos. In: Consejo Económico y Social ACNUR. 1998. <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0022.pdf>

FAJARDO, Darío. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana. En Informe de la Comisión Histórica del Conflicto Armado y sus Víctimas. Habana. 2015

GUTIÉRREZ, Francisco (2014). El orangután con sacoleva. Cien años de democracia y represión en Colombia (1910 - 2010). Bogotá: Debate.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES. Tendencias Migratorias en América del Sur; Informe Migratorio Sudamericano No. 1 Año. 2017

REVOLLO PARDO, Catalina. Traduciendo los Testimonios de las Mujeres Víctimas del Desplazamiento en Colombia. Tese de Doutorado Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015

UNIDAD DE VÍCTIMAS. Registro Único de Víctimas. Presidencia de la República de Colombia. 2017. Recuperado de: <http://rmi.unidadvictimas.gov.co/RUV>

Notas divulgadas na Internet:

“La Paz en tiempos de Ciudadanía”:

<https://drive.google.com/file/d/0B5Z15iU7pwBuczFhbm5FRjFSUFNPZ0VPCVhnuUzUzMKzX1pj/view>

“Mariposas Amarillas: Diálogos Latinoamericanos Sobre Guerra y Paz en Colombia”: <http://www.forumjusticia.com.br/es/mariposas-amarillas-dialogos-latino-americanos-sobre-guerra-e-paz-na-colombia/>

STRANGER IN RIO

Agossou Lucien Ahouangan¹⁹

“A viagem permite a convivência com o outro, e aí reside a confusão, fusão de origens, perda de alguma coisa, surgimento de outro olhar”.

Milton Hatoum, A cidade ilhada.

“A vida é um relato em busca de um narrador”.

Paul Ricoeur

INTRODUÇÃO

A barreira das fronteiras começou a diminuir graças ao fenômeno da globalização, pois a distância entre os povos da terra vai se reduzindo. Assim, os indivíduos têm a facilidade de ir além das fronteiras de seus próprios países, como podemos observar por meio do contingente de estrangeiros que se registram em países como Brasil, Canadá, Estados Unidos entre outros.

Mas o que significa ser migrante? A migração pode ser entendida como um acontecimento que é caracterizado por um deslocamento territorial, que varia em função de cada sujeito. Geralmente, os motivos podem ser a consequência de uma busca de condições melhores de vida, de uma nova experiência profissional, uma nova universidade, aprender uma nova língua, mas, também, por razão humanitária. Por isso, o migrante é em si mesmo uma categoria bem complexa e, segundo o geógrafo e estudioso do assunto Rogério Haesbaert, “podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios”. (HAESBAERT, 2011, p.246).

O presente artigo pretende narrar a experiência migratória de um africano por meio de sua jornada no Brasil, relatando sua trajetória, as conquistas, os acontecimentos mais marcantes e as dificuldades. O artigo tratará também do papel do governo brasileiro na implementação de uma lei migratória para facilitar a estadia do estrangeiro no Brasil.

BRASIL E A SUA POLÍTICA DE MIGRAÇÃO

A política de imigração brasileira foi citada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como exemplo para outros países, no relatório final do Fórum de Alto Nível sobre Políticas Migratórias realizado na França, em 2014 (PORTAL BRASIL, 2014). As iniciativas do governo brasileiro de reduzir a discriminação aos estrangeiros oferecendo-lhes melhores oportunidades de inserção no mercado do trabalho foram vistas como uma boa política que se inscreve na linha de atuação da OCDE.

Nesses últimos anos, o interesse dos migrantes em ir para o Brasil cresceu. Em 2014, o interesse foi atribuído ao desenvolvimento do país e às políticas sociais construídas ao longo dos anos precedentes. Em outubro desse ano, o Brasil registrou a menor taxa de desemprego da sua história, uma taxa de 4,7 segundo o ministro Manoel Dias (PORTAL BRASIL, 2014).

¹⁹ Doutorando em Relações Internacionais da UERJ. e-mail: luckyhd15@gmail.com

À luz desses elementos, o Brasil tornou-se muito atrativo para o migrante. Minha escolha pelo Brasil foi, então, motivada pelas oportunidades que um país em pleno crescimento econômico poderia me oferecer. Uma eventual possibilidade de estudar e de depois me inserir no mercado do trabalho. A organização da Copa das Confederações FIFA e da Jornada Mundial da Juventude, em 2013; da Copa do Mundo FIFA, em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016 desempenharam, também, um papel importante na minha escolha pelo Brasil.

O Brasil tem adotado políticas migratórias para poder lidar com o fluxo de estrangeiros no seu território; essas políticas seriam, então, um conjunto de medidas adotadas pelo governo brasileiro para controlar esse fluxo de imigrantes. Assim, o país determina qual solicitante deve ser admitido no território e a que lei estaria submetido. O artigo 12 da subsecção 2 da Lei de Migração precisa que “ao solicitante que pretende ingressar ou permanecer no território nacional poderá ser concedido visto de visita; temporário; diplomático; oficial; e de cortesia”.

Porém, o solicitante deve preencher os requisitos para o visto pleiteado e não estar em condição impeditiva de concessão de visto de ingresso no território nacional, conforme ao artigo 10 da subsecção 1 da Lei de Migração. É, portanto, um sistema burocrático, que necessita de um prazo para determinar a elegibilidade do solicitante. Além dos critérios da elegibilidade, diferentes fatores podem levar à reticência do Estado em aceitar certo número de imigrantes.

Os autores Timothy J. Hatton e Jeffrey G. Williamson tentaram identificar as razões pelas quais poderia existir uma hostilidade em relação aos imigrantes nos países da OCDE nesses últimos anos. Eles basearam sua pesquisa sobre três pilares fundamentais: i) preocupação de ordem pública, com a competição pelo mercado de trabalho doméstico; ii) inquietude de que os imigrantes gerem um problema de balanço fiscal, no caso de eles serem beneficiários de diversos auxílios governamentais, ao mesmo tempo em que contribuiriam com o paga-

mento de poucos (e baixos) impostos; e iii) preconceito cultural (HANTTON & WILLIAMSON, 2005).

O imigrante será confrontado, então, com uma resistência dos cidadãos nacionais, que, de um lado, serão levados a pensar que o Estado perdeu o controle sobre suas fronteiras e, por outro lado, se sentirão ameaçados no que diz respeito aos seus empregos. Assim, a própria qualidade do imigrante pode ser um obstáculo para se obter um visto, o que quer dizer que em alguns países, como nos Estados Unidos, por exemplo, os imigrantes com maior grau de escolaridade tendem a se adaptar com maior facilidade (idem).

No entanto, o processo de obtenção de visto parece mais acessível, o que tem por consequência a chegada de imigrantes um pouco menos qualificados, e isso pode levar, segundo o princípio de qualidade, a uma maior rejeição por parte dos cidadãos nacionais. Timothy J. Hatton e Jeffrey G. Williamson chegaram a afirmar que as atitudes anti-imigração podem ser endógenas às políticas adotadas pelo Estado; em outras palavras, países que priorizam imigrantes potenciais com qualificação bem avaliada pelo mercado de trabalho receberão imigrantes que mais rapidamente serão assimilados, e esse fato, segundo os autores, incomodarão menos os nativos e esses imigrantes se utilizarão de poucos auxílios governamentais. Em segundo lugar, países que recebem imigrantes de baixa qualificação profissional receberão imigrantes que demorariam mais para serem assimilados, e que incomodarão um grande número de nativos também pouco qualificados e, conseqüentemente, demandarão maior assistência governamental.” (ibidem, p. 347)

Ressaltamos que a política migratória brasileira é regulamentada pela Lei 8.615/80 (Estatuto do Estrangeiro – EE) e pelo Decreto 86.715/80. Além das diretrizes estabelecidas pelo EE, diferentes instrumentos normativos complementam a política migratória brasileira, com algumas normas que tratam de questões migratórias e, ao mesmo tempo, são contraditórias ao próprio texto do EE e, até mesmo, à Constituição Federal de 1988. (SICILIANO, 2012).

O problema de organicidade da Política Migratória Brasileira encontra-se na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei n. 5.457, de 1943) que dispõe sobre a nacionalização do trabalho, estabelecendo, assim, quotas para brasileiros de 2/3 do total de empregados em empresas atuantes no Brasil o que, de forma evidente, impacta no potencial fluxo de imigrantes no país, afrontando a norma constitucional que veda a discriminação devido à nacionalidade.

Esse dispositivo na CLT pode se justificar na vontade do legislador brasileiro de proteger seus cidadãos contra a concorrência que a mão-de-obra estrangeira poderia constituir. É, também, um modo de proteção do próprio estrangeiro contra a resistência dos cidadãos nacionais aos imigrantes: quanto menos eles se sentirem ameaçados, mais receptivos eles serão em relação aos estrangeiros. Como afirmou a Sarah Spencer, o gerenciamento das migrações é uma tarefa de Estado requerendo, de maneira simultânea, atingir os objetivos de seu mercado de trabalho, proteger a segurança nacional, minimizar os gastos públicos, promover coesão social, honrar as obrigações decorrentes dos direitos humanos, promover a cooperação e o desenvolvimento internacional e, além disso, estar ciente de que esses objetivos podem, em algum momento, ser conflitantes (SPENCER, 2003).

A Lei que regula o EE de 1980 foi produzida sob a lógica de segurança nacional (REIS, 2011). O Estado tomou as medidas necessárias para assegurar o bem-estar de seus cidadãos e para não acentuar o descontentamento dos militares com a interferência dos religiosos estrangeiros nos assuntos domésticos. É da responsabilidade do Estado ser garante de uma boa política migratória; por isso, o Estado envolve diferentes órgãos domésticos para uma boa condução da sua política migratória.

Aqui no Brasil, a política para os refugiados é da responsabilidade do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). A maior parte dos refugiados chegou ao Brasil durante a década de 1990, devido às guerras civis de Angola, Libéria e Serra Leoa e, na década seguinte, às guerras na República Democrática do Congo e no Iraque. Em termos

de política sobre refugiados, a que ganhou mais destaque foi, sem dúvidas, a atuação do Conselho Nacional de Imigração – CNIG no caso dos haitianos que, após a recusa do CONARE em conceder o refúgio por falta de previsão legal, tem autorizado a sua permanência com base em uma Resolução Normativa 97/2012, editada especificamente para dar guarida humanitária aos haitianos. (SICILIANO, 2012).

Neste ano de 2017, uma nova Lei de Imigração foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer. Ela busca garantir um tratamento humanitário para os estrangeiros que chegam ao Brasil e assegurar a assistência aos brasileiros que moram no exterior. A nova lei estabelece regras para a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil, definindo direitos e deveres. O projeto (PLS 288/2013) do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado com uma série de vetos. Entre eles, o artigo que previa a anistia de quem entrou no país até 2016 e outro, que garantia a livre circulação de povos indígenas e populações tradicionais em terras ocupadas por seus ancestrais (WWW.SENADO.LEG.BR).

DO SONHO À REALIDADE: A EXPERIÊNCIA DE UM IMIGRANTE

Meu visto e meu bilhete de viagem estavam prontos. Mas eu estava com tanto medo, não sabia por quê. Talvez porque era a primeira vez que eu estava saindo do meu continente para outro ou talvez fosse o fato de eu não falar português. Quando eu recebi meu visto para o Brasil, eu comecei a ler os artigos e revistas em português, porque tudo o que eu sabia sobre o Brasil era através das novelas e do futebol. Então eu comecei a aprender português. Depois de um mês de estudos, eu tinha certeza de que eu sabia o suficiente da língua para entrar na aventura. Mas eu rapidamente percebi que meu português não era bom quando, no aeroporto internacional do Galeão, no Rio, a Polícia Federal me perguntou o que eu vim fazer no Brasil. Então ela percebeu que eu não sabia falar português e eu também, ao mesmo tempo. Então ela reformulou sua pergunta em inglês, então começamos a falar em inglês.

Minha jornada no Brasil começou assim. Eu tinha acabado de chegar a um país onde não sabia falar a língua e onde não conhecia ninguém. Nesse intervalo, eu tinha encontrado um estudante beninense na Embaixada do Brasil em Cotonou (Benin). Ele estudava na UNIRIO, e nós mantivemos contato e eu o avisei da minha chegada. Assim, ele foi me buscar no aeroporto e fomos à casa dele, me dando dessa forma as boas vindas ao Rio de Janeiro. Porém, minha experiência com o Brasil começou anos antes da minha chegada ao país.

Com efeito, antes de chegar aqui no Brasil, em julho de 2013, eu já tinha tentado chegar ao país por meio do Programa Estudante Convênio - Pós Graduação (PEC-PG), que é um programa que o Brasil mantém com países em desenvolvimento, por intermédio de bolsas concedidas pelo CNPq e pela CAPES. Mas, minhas tentativas foram infrutíferas, devido ao número limitado de vagas. Todavia, há diferentes maneiras para se estudar no Brasil, como ingressar na universidade por processo seletivo. Esse processo seletivo varia em função das universidades: algumas têm um processo baseado em análise de documentação, como histórico escolar, projeto de pesquisa etc.; outras, através de provas dissertativas e análise de projeto.

Assim, após minhas tentativas infrutíferas, decidi ir para o Brasil para poder fazer as provas nas universidades e ver se eu conseguiria uma vaga para fazer meu mestrado. Mas, como o meu país não tem acordo migratório com o Brasil, eu precisava ter um visto para minha jornada lá. O processo de obtenção de visto varia em função do seu tipo. Após um período de tramitação para fornecer toda a documentação solicitada, eu recebi a boa notícia sobre o deferimento de meu pedido de visto.

Finalmente, eu cheguei ao Rio de Janeiro em 10 de julho de 2013, após sete horas de voo. A minha primeira experiência no Brasil foi com a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Pois o meu amigo que foi me buscar no aeroporto teve um desentendimento com o motorista do táxi que nós pegamos. Como eu não entendia absolutamente nada do Português, não sabia o motivo dessa discussão. Pouco tempo depois do início do desentendimento, ao

ver uma viatura da PM parada, o taxista deu uma virada súbita em direção da viatura da PM. Esse movimento brusco levou os policiais a levantarem suas armas em nossa direção. Saímos então do táxi com as mãos para cima. Depois de cinco minutos de explicação, os policiais mandaram o taxista embora e chamaram outro táxi para nós. Na realidade, o motivo do desentendimento era que o taxista não quis ligar o taxímetro e quis cobrar um valor fechado; talvez ele tivesse pensado que nós dois éramos novos na cidade e tentou nos enrolar, mas meu amigo que já morava aqui há cinco anos conhecia o que ele chamou do “jeito carioca”.

A necessidade de mudança é um processo que faz parte da natureza humana e isso favorece o desenvolvimento, pois o ser humano sofre diferentes influências durante a sua vida, decorrentes da sua interação com o meio ambiente (ALENCAR-RODRIGUES, STREY & PEREIRA, 2007). Contudo, meu maior problema naquele dia não foram as armas apontadas pra minha cabeça: meu problema era o frio para o qual eu não estava preparado. Eu sempre pensei que as estações do Rio de Janeiro eram iguais às de meu país de origem. Eu tive que enfrentar uma temperatura de 15 graus, quando eu estava acostumado a 29 graus. Essa foi minha segunda experiência no Brasil.

Além das armas da PM e do frio do período, houve outro problema que eu tive que enfrentar: a comunicação. Como eu disse anteriormente, meu português estava igual ao meu chinês hoje em dia: eu não sabia falar absolutamente nada. Ir ao supermercado era um verdadeiro percurso de combatente; não conseguia pegar o ônibus sem me perder – eu só andava de metrô, porque o metrô já tem as estações predefinidas.

Nos primeiros dias, eu ainda me perguntava o que eu fazia aqui. Os processos migratórios não só interferem na ambientação com o local, como também influenciam a identidade cultural. Quando a pessoa emigra fisicamente, isso não quer dizer que ela tenha também emigrado emocionalmente, pois ultrapassar as fronteiras geográficas não se constitui a principal tarefa da migração, mas, sim, transpor as barreiras sociais,

econômicas, culturais e linguísticas (ALENCAR-RODRIGUES, STREY & PEREIRA, 2007).

Eu comecei a aprender português porque eu estava me preparando para ingressar no mestrado. Eu participei, respectivamente, do processo seletivo da USP, da PUC-Rio, da UFRGS e da UEPB, em 2013. Como meu nível de português era bem fraco, eu não consegui passar em nenhuma delas. O ano seguinte eu continuei estudando português e também me preparando para outros processos seletivos, na UnB, USP, UFF e UERJ. Pelo esforço, eu consegui entrar no mestrado da UERJ.

Cursar o mestrado nessa instituição foi uma das experiências mais ricas que eu já vivenciei. No início foi pouco complicado para mim, o currículo era bem diferente, assim como a estrutura das aulas. Eu tive que me adaptar, porque foi a primeira vez que eu estava tendo aulas numa língua que não era o francês. A integração foi bem rápida, pois meus colegas da turma, assim como meus professores, me ajudaram o suficiente. O meu tema de pesquisa do mestrado era: “Uma (re) aproximação com a África subsaariana: a estratégia da política externa brasileira de 2003 a 2010”. Durante o mestrado, eu realizei várias entrevistas com embaixadores africanos e até participei do VI Curso de Jovens Diplomatas Africanos, organizado pelo Itamaraty e pela FUNAG. Esse curso foi um elemento essencial para mostrar que a Cooperação Sul-Sul do Brasil é bem mais abrangente do que eu imaginava.

É bem difícil começar uma nova vida em um lugar tendo tanto a língua com a cultura como barreiras. No meu caso, a minha integração foi bem mais fácil do que eu imaginava. A diferença entre o povo brasileiro e seus homólogos africanos é que os africanos moram do outro lado do Atlântico. O próprio brasileiro talvez sem querer faça o estrangeiro se sentir como em casa. O povo brasileiro é aconchegante, alegre e bem divertido, características do povo africano.

Chegar ao Brasil em julho de 2013 foi o momento certo para mim. Eu consegui participar da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), assistir ao vivo aos jogos

da Copa do Mundo FIFA 2014, aos eventos-teste pré-Jogos Olímpicos e, sobretudo atuar como voluntário durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. No período dos jogos olímpicos, eu fiz parte do elenco da cerimônia de encerramento. Esses momentos foram inesquecíveis.

Atuar no mítico estádio do Maracanã é um sonho que poucas pessoas conseguem realizar. Na minha memória o Brasil é “para sempre o primeiro” a ter me trazido tantas alegrias em tão pouco tempo. Mas, as experiências de vida não são sempre maravilhosas, existem também acontecimentos que podem marcá-la negativamente.

Às vezes, tive que enfrentar os comportamentos preconceituosos das pessoas seja na rua, no ônibus, no metrô ou nos restaurantes. Algumas pessoas foram preconceituosas de propósito, outras não. Acho que isso é o cotidiano também do brasileiro, não só dos estrangeiros. As pessoas sofrem preconceito por serem mulheres, negros, chineses, estrangeiros, homossexuais; faz parte, infelizmente, da sociedade atual.

A cidade do Rio de Janeiro não é a única que eu conheço no Brasil – eu tive a sorte de viajar para diferentes lugares no país. Eu fui a Porto Alegre, Recife, João Pessoa, Brasília, Curitiba, mas, sempre com a mesma conclusão: as pessoas se encantam em saber que sou africano e que atravessei o Atlântico para estar aqui. Na maioria dos casos, as pessoas não sabem muito a respeito da Costa do Marfim, menos ainda do Benim. Algumas pessoas conhecem a Costa do Marfim por causa de sua equipe nacional de futebol e dos jogadores, como Didier Drogba, Yaya Touré ou Gervinho. Inclusive, um amigo com quem eu trabalhei em um evento de natação paralímpico continua me chamando Drogba e nem sabe o meu verdadeiro nome, pois é mais fácil decorar Drogba do que Lucien, já que ele é famoso.

Desde a minha chegada aqui no Brasil, não voltei ainda na minha África natal. Às vezes eu fico com saudade da minha família e da comida africana. Tem dia que não tenho a sensação de estar no Brasil, de

tão fácil que foi a minha integração – eu me integrei até demais, segundo minha mãe, que acredita que não vou voltar mais para morar na África. Talvez seja uma verdade que eu não quero admitir. Eu consegui fazer amizade neste país, eu me acostumei com novas pessoas, com um novo estilo de vida, uma nova cultura que, no fundo, não é muito diferente da minha.

Eu tenho uma linda namorada brasileira, que por um tempo era minha amiga e com quem eu aprendi a grande parte de meu português (não é que ela parou de ser minha amiga, mas o nosso relacionamento passou a ser mais do que amizade). Outro motivo, segundo minha mãe, de eu não ter pressa de voltar para a África. Um dia, ela chegou a brincar comigo dizendo “filho, quando minha neta ou meu neto estiver pronto, manda ele ou ela para eu poder conhecer”.

Minha mãe me dirá que tinha razão em dizer que eu não quero voltar mais pra África quando eu falar para ela que eu consegui uma vaga no doutorado na UERJ. Com efeito, concluí meu mestrado em relações internacionais cujo tema era “Uma (re) aproximação com a África subsaariana: a estratégia da política externa brasileira de 2003 a 2010” em abril deste ano e logo depois passei no processo seletivo do doutorado da UERJ, que começo a cursar em agosto de 2017. Esse doutorado é uma oportunidade para desenvolver um tema em torno da Responsabilidade de Proteger.

Apesar do grande problema de segurança, a cidade de Rio de Janeiro é um lugar bom demorar, onde sempre tem alguma coisa para fazer. Pelo menos tenho ainda mais quatro anos para aproveitar esta cidade e este povo.

CONCLUSÃO

A política migratória brasileira de 1980, com conteúdo do Estatuto do Estrangeiro, foi modificada pelos Acordos Regionais e Bilaterais de livre circulação de pessoas e pelas resoluções do Conselho Nacional de Imigração. A nova Lei de Imigração, aprovada este ano pelo Congresso, é um grande passo para melhorar a situação do migrante, que parece muito fragilizada nesses últimos tempos. Apesar da existência de diversas políticas sobre a questão de imigração, podemos afirmar que não existe uma política migratória com propósito claro e objetivo com o fim de coordenar as múltiplas ações que envolvem a questão migratória no Brasil.

Porém o Brasil nunca deixou de ser uma terra acolhedora, um país com múltiplas facetas culturais, que facilita a acomodação do estrangeiro. Existem vários casos de imigração bem-sucedida no Brasil, também existem fracassos. Os sucessos e fracassos dependem da qualidade, do objetivo e da capacidade do imigrante em se integrar e se acomodar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR-RODRIGUES Roberta de; STREY Marlene Neves; PEREIRA Janice. Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais, Aletheia n. 26 Canoas, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000200014
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HANTTON, T. J. & WILLIAMSON, J. G., 2005. Global Migration and the World Economy - Two centuries of policy and performance. s.l. Massachusetts Institute of Technology.
- PORTAL BRASIL, seção economia e emprego, 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/politica-brasileira-de-imigracao-e-exemplo-a-outros-paises-afirma-relatorio-da-oced>
- REIS, R. R., 2011. A política do Brasil para as migrações internacionais. Contexto Internacional, Jan/Jun.33(1).
- SICILIANO, André Luiz. A política migratória brasileira: limites e desafios. 59 f Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo, 2012.
- Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/05/nova-lei-de-imigracao-e-sancionada-com-vetos-1>

ORIENTAÇÕES RECENTES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL

María del Carmen Villarreal Villamar²⁰

INTRODUÇÃO

A organização de Caporales e festas andinas em São Paulo e Buenos Aires, a maior presença de expressões culturais caribenhas em cidades como Quito ou Santiago e a difusão da gastronomia andina no Cone Sul são fenômenos que estão relacionados com um mesmo processo: o aumento da imigração de pessoas provenientes dos países da América do Sul dentro da mesma região.

Apesar de serem históricos, os deslocamentos intrarregionais têm adquirido mais importância desde os anos de 1990 e tanto a complexidade como a heterogeneidade dos perfis que os compõem são cada vez maiores. Como reflexo de fenômenos globais e locais, de maneira progressiva trabalhadores, estudantes, migrantes forçados e outras pessoas em situação de mobilidade humana procuram melhores oportunidades e novas vidas, cruzando as fronteiras dos seus países em direção a outros Estados da região.

Os deslocamentos de população na América do Sul compartilham características com os fluxos globais e, especificamente, com as migrações entre países em desenvolvimento, mas apresentam algumas especificidades que merecem atenção. Assim, por exemplo, nas últimas décadas a mobilidade humana intrarregional tem sido influenciada e, em muitos casos, facilitada, por acordos bilaterais, multilaterais, políticas migratórias parcialmente liberais e medidas derivadas de processos de integração regional como a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL). Estes deslocamentos estão em aumento e, junto com a imigração e a emigração de caráter extrarregional, apresentam diversos desafios para a região, ao mesmo tempo em que contêm diversas potencialidades.

O objetivo do nosso trabalho é oferecer um panorama geral desses fenômenos mediante dados e análise dos principais fluxos. Para tanto, em primeiro lugar, descreveremos as migrações Sul-Sul no contexto global e, posteriormente, os deslocamentos intrarregionais e extrarregionais na América do Sul. Em seguida, estudaremos os progressos obtidos no que diz respeito à construção de direitos comuns e cidadania regional e, finalmente, examinaremos os velhos e novos desafios da região em matéria de recepção e de integração de novos cidadãos, assim como as diferenças que, muitas vezes, se verificam entre os princípios políticos e normativos e a realidade da vida dos migrantes.

²⁰ Pós-doutoranda na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Doutora em Ciências Políticas - Universidad Complutense de Madrid (UCM).

MIGRAÇÕES SUL-SUL NO PANORAMA MUNDIAL

A maior parte das análises sobre migrações internacionais se concentra no estudo dos deslocamentos dos países em desenvolvimento em direção às nações desenvolvidas (fluxos Sul-Norte); porém, nas últimas décadas, a mobilidade humana entre países em desenvolvimento (fluxos Sul-Sul) têm crescido de forma progressiva, até superando os fluxos das outras direções. Destarte, existem cada vez menos regiões alheias ao fenômeno migratório, enquanto as mudanças nas características das correntes atuais não se restringem apenas a uma maior heterogeneidade de perfis e causas ou a um volume superior de migrantes; mas atingem, também, a geografia dos fluxos. Como resultado dessa tendência, segundo o Banco Mundial, 84.3 milhões de pessoas, isto é, 34% dos fluxos internacionais, se deslocaram na direção Sul-Norte em 2015, enquanto 93.1 milhões de pessoas, equivalentes a 38% da migração global, o fizeram entre países em desenvolvimento (RATHA; PLAZA; DERVISEVIC, 2016, p. 28).

Os termos Norte e Sul do mundo são usados desde os anos setenta para classificar os países de acordo com as suas diferenças socioeconômicas. Todavia, até agora não existe um consenso absoluto sobre os países que devem fazer parte de uma ou de outra zona do planeta. Nesse sentido, mesmo que ambas as definições sejam construções analíticas e não reflitam a realidade geográfica dos países, as diferenças nas três principais classificações derivam do critério adotado e do organismo internacional responsável. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, classifica os países de acordo com o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o Banco Mundial, pelo contrário, posiciona os países no Norte ou no Sul do mundo com base no seu nível de ingressos per capita; enquanto o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) das Nações Unidas distingue entre países pertencentes a regiões em desenvolvimento ou a regiões desenvolvidas (OIM, 2013, p. 42).

Além da pluralidade de motivos (políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc.) que podem

provocar os deslocamentos humanos, as causas da mobilidade Sul-Sul são, especialmente, as desigualdades socioeconômicas entre países, assim como as diferenças em esferas como a paz, a estabilidade política e o número de oportunidades de mobilidade social entre as sociedades de origem e de acolhida. Contudo, as migrações entre os países do Sul são, também, resultado do crescimento da população e dos modelos de desenvolvimento vigentes nesses países, assim como de conflitos e desastres naturais, cujas consequências sobre a população aumentam devido a fatores como a mudança climática. Esses fenômenos podem, com efeito, afetar negativamente o acesso aos recursos naturais e aos serviços públicos dos habitantes dos países do Sul, colocando em risco a sua sobrevivência. Contudo, existem também alguns elementos, tais como as redes de migrantes, as facilidades à circulação e os acordos de integração regional entre países vizinhos que promovem ou ajudam a manter os deslocamentos entre as populações dessa direção (RATHA & SHAW, 2007; LACZKO & PIGUET, 2014).

Se, por um lado, devido à informação insuficiente, a migração Sul-Sul ainda é menos conhecida que os fluxos Sul-Norte (CASTLES E MILLER, 2003; RATHA & SHAW, 2007; OIM, 2013); por outro lado, estudos recentes (OIM, 2015; RATHA; PLAZA; DERVISEVIC, 2016) mostram que os migrantes nessa direção têm perfis heterogêneos e envolvem uma proporção significativa e, por vezes, majoritária de mulheres. Entretanto, os fluxos majoritários no circuito Sul-Sul são principalmente temporais, de baixa e média qualificação e registram altos níveis de retorno e de informalidade (MELDE et al., 2014). Essas características obedecem a duas razões diversas. Em primeiro lugar, às políticas migratórias dos países do Norte e aos seus altos níveis de seleção, que favorecem as migrações de pessoas mais qualificadas nesta direção. Em segundo lugar, às maiores facilidades e aos menores custos de deslocamento entre países do Sul, muitas vezes vizinhos e com escassos mecanismos de controle de fronteiras. Além desses elementos, especialmente quando se trata de países que são parte

da mesma região, é preciso considerar a existência de acordos multilaterais e processos de integração regional, que diminuem os requisitos para migrar e aumentam as possibilidades de que se desloquem pessoas que, em outras circunstâncias, dificilmente abandonariam seus territórios de origem.

Em relação aos perfis, é importante frisar que os fluxos nesta direção incluem pessoas com diversas motivações, mas eles são preponderantemente mistos; isto é, incluem pessoas que, por exemplo, procuram ao mesmo tempo trabalho, melhores condições de vida e proteção internacional. Além disso, em contracorrente aos fluxos das outras direções (Sul-Norte; Norte-Norte e Norte-Sul), as migrações Sul-Sul concentram o 86% dos refugiados a nível global (RATHA; PLAZA; DERVISEVIC, 2016) e elevadas porcentagens de população em trânsito até países mais desenvolvidos.²¹ As migrações forçadas são consequência direta de conflitos e de fenômenos como a escassez de alimentos e elevados níveis de instabilidade política e econômica; mas, nesta direção, os deslocamentos não-voluntários são, também, resultado dos altos níveis de desigualdade, de concentração da riqueza e da terra, bem como de um modelo de desenvolvimento de caráter extrativista (OXFAM, 2015). Essa soma de fatores, em contextos como o latino-americano, concentra a riqueza nas mãos das classes dirigentes, provocando, entre outras consequências, a expulsão das populações dos seus territórios de origem e a busca por alternativas de sobrevivência nos grandes centros urbanos ou fora das fronteiras dos seus países.

Seguindo uma tendência global, os migrantes na direção Sul-Sul estão concentrados nas grandes cidades e, especialmente, nas suas periferias, onde, assim como a população local residente, enfrentam problemas tais como a pobreza, o desemprego e diversas dificuldades de acesso a serviços e direitos (OIM, 2013a; OIM, 2015). Não obstante, nesses territórios os migran-

tes sofrem, também, com a xenofobia e com diversas formas de discriminação e vulnerabilidade dos seus direitos, derivadas da sua condição – especialmente quando se encontram em situação irregular –, e das limitadas capacidades e políticas públicas de acolhida e de integração implementadas pelos países do Sul.

A partir dessas premissas, é possível inferir que os fluxos desta direção supõem importantes desafios para os migrantes, os Estados e sociedades de origem e acolhida. Levando em conta os limites estruturais dos países de recepção, um dos maiores desafios é a criação de políticas migratórias e de medidas de integração que respeitem os direitos humanos dos migrantes e promovam seu bem-estar. Contudo, é preciso salientar, também, que as migrações nessa direção, assim como nos outros circuitos, oferecem diversas oportunidades em termos econômicos, políticos, culturais e sociais para todos os atores envolvidos no processo (VILLARREAL, 2015, 2017).

UMA SUB-REGIÃO EM MOVIMENTO: DESLOCAMENTOS INTERNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL

Em termos continentais, a América Latina caracteriza-se por ser uma região tradicionalmente receptora de população ultramarina, devido a fenômenos como a colonização, a migração forçada e a escravidão de população africana; assim como pelas políticas migratórias de atração de população externa e pelas oportunidades oferecidas pelos países da região. Contemporaneamente, a região é, também, origem e destino de deslocamentos internos e território de saída de numerosos fluxos em direção, sobretudo, aos Estados Unidos, à Europa e à Ásia. Contudo, segundo Martínez e Orrego (2016, p.12), a partir da metade do século XX é possível observar algumas continuidades com os deslocamentos históricos da região, ao mesmo tempo em que emergem novas tendências, que evidenciam, especialmente, perfis migratórios heterogêneos e transformações nas direções dos fluxos.

²¹ De acordo com a experiência de países como México e Marrocos, o trânsito nesta direção pode se tornar uma condição de longo prazo ou se transformar em uma migração definitiva. As mudanças nesta condição dependem tanto das escolhas pessoais dos migrantes – em função de variáveis econômicas, políticas ou sociais –, quanto das políticas migratórias dos países de trânsito e destino.

Dessa forma, o panorama migratório regional caracteriza-se, em primeiro lugar, pela imigração proveniente de destinos extrarregionais e, de forma crescente, por fluxos originários dos países da região e, em segundo lugar, pela emigração intra e extrarregional.

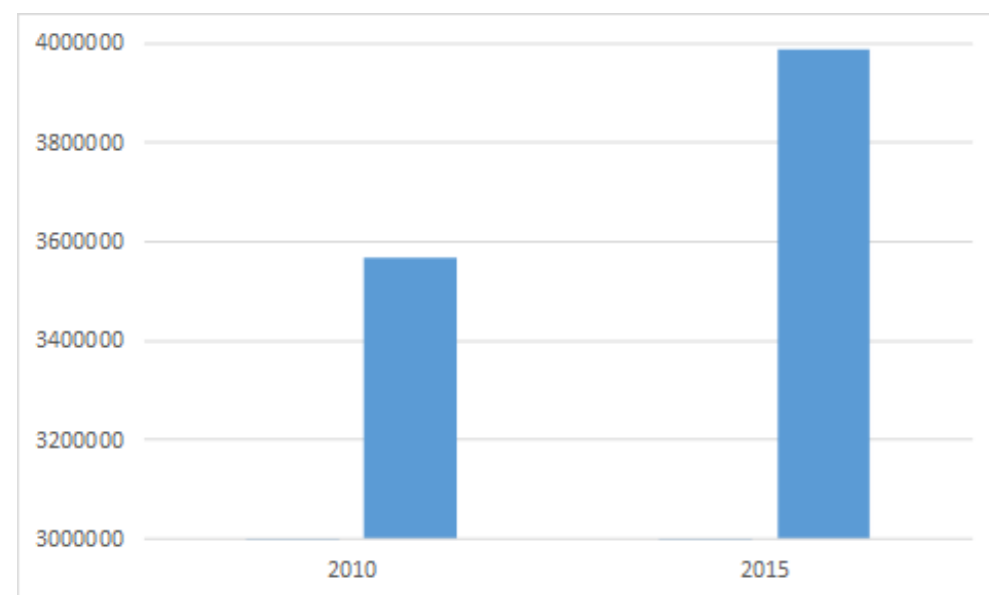
No que diz respeito à imigração, é preciso salientar que os migrantes provêm, cada vez mais, de outros países da mesma região e, em menor medida, de destinos extrarregionais. Assim, se em 1970, 76% dos imigrantes era de fora da região e apenas 24% era intrarregional, em 2010 a tendência é completamente diferente: 37% vem de fora da região e 63% é intrarregional (MARTINEZ & ORREGO, 2016, p. 12). Essa tendência é ainda mais evidente na América do Sul, onde aproximadamente 70% dos imigrantes são originários da mesma região (OIM, 2017).

Pelas características acima descritas, os deslocamentos humanos na América do Sul conformam um sistema migratório. A partir dessa perspectiva teórica, desenvolvida inicialmente no contexto rural-urbano africano por Akin Mabojuje (1970), as migrações acontecem entre países com vínculos prévios de caráter colonial e com relações de tipo econômico, político, militar ou cultural fortalecidas no contexto da globalização (KRITZ; LIM; ZLOTNIK, 1992). Segundo Arango (2003, p. 21), diferentemente de outros modelos explicativos, essa perspectiva oferece uma visão mais completa do fenômeno

migratório, considerando não somente fatores macro ou microestruturais; mas, também, a importância das mesoestruturas, geralmente definidas como o conjunto de instituições e coletivos que participam do fenômeno, facilitando ou estimulando a migração das pessoas.

No contexto sul-americano, o aumento das migrações intrarregionais faz parte de um processo global mais amplo, como é a globalização dos fluxos e o crescimento progressivo das correntes Sul-Sul, descrito no parágrafo acima. Contudo, os deslocamentos intrarregionais adquirem especial relevância a partir dos anos 90 e se intensificam após os atentados terroristas de 2001 e, particularmente, depois da crise econômica internacional de 2008 (Gráfico 1). Ambos os fenômenos provocaram o aumento dos controles migratórios, um clima desfavorável ao ingresso de pessoas e a criação de medidas cada vez mais restritivas à imigração, particularmente nos Estados Unidos e na Europa. Esses fatores, junto com as consequências da crise, como a recessão das economias, maiores taxas de desemprego e diminuição das oportunidades nas sociedades de acolhida, determinaram, também, o retorno de sul-americanos para os seus países de origem – de maneira voluntária, fomentada por políticas de retorno assistido, ou como consequência das deportações e expulsões nos países de imigração (MARTÍNEZ & ORREGO, 2016).

Gráfico 1. Evolução do número de imigrantes sul-americanos dentro da região no período 2010-2015



Elaboração própria.
Fonte: Trends in International Migration stock 2015 revision (OIM, 2017).

Por outro lado, o crescimento econômico, o aumento da oferta de emprego e a melhoria das condições sociais e políticas dos países da América do Sul (idem), fizeram com que, além de Estados tradicionalmente receptores de população regional, como Argentina e Venezuela, outros países, como Brasil, Chile e Equador se tornassem, também, polos de atração para os migrantes sul-americanos. Além dos fluxos voluntários, motivados pela procura de emprego e de melhores condições de vida, uma porcentagem significativa e crescente das migrações na América do Sul é constituída por fluxos mistos que, como indicamos acima, registram deslocamentos por razões econômicas, que podem ser, atualmente, pessoas forçadas a deixar seus países de origem por guerras, razões humanitárias ou desastres ambientais.

As migrações intrarregionais não-voluntárias são fruto de fenômenos como o conflito armado colombiano; a expansão do crime organizado e a generalização da violência que este acarreta; a extensão do desenvolvimento extrativista; e, mais recentemente, a crise humanitária e o deterioramento progressivo das condições de vida na Venezuela. A transformação da condição da República Bolivariana da Venezuela adquire mais relevância se consideramos que, se antes se tratava de um país predominantemente acolhedor de imigrantes (intra e extrarregionais), esse país andino caracteriza-se hoje por ter quase dois milhões de pessoas morando em mais de 90 países, a maioria das quais (90%) tem formação superior (PÁEZ, 2015). Outras características dos deslocamentos intrarregionais são a crescente par-

ticipação das mulheres – fenômeno que se inscreve no processo mais amplo de feminização global das migrações²² –; o aumento progressivo da mobilidade temporal por turismo, estudos, família, trabalho e outras motivações; o trânsito de migrantes intra e extrarregionais em direção a países do Norte; a mobilidade indígena; o tráfico e contrabando de pessoas, especialmente com fins de exploração sexual e trabalho escravo; e a migração de crianças e adolescentes não acompanhados (MARTÍNEZ & ORREGO, 2016).

Entretanto, em comparação com Estados Unidos e Europa, a América do Sul tem cifras relativamente modestas e registra cinco milhões de imigrantes, com uma média regional de 2,1%, com relação ao total da população. Cabe frisar, contudo, que as tendências recentes mostram que esses fluxos estão aumentando e irão adquirir cada vez mais destaque nas próximas décadas. Contemporaneamente, a região ainda se caracteriza por ser, principalmente, território de saída de população para destinos extrarregionais na América do Norte, Europa e Ásia. Hoje, há mais de 10 milhões de sul-americanos fora da região, cifra equivalente a 5,4% com relação ao total da população (OIM, 2017). Todavia, o volume da imigração e da emigração e o peso que ambos os fenômenos adquirem em cada país não são uniformes: em termos relativos, por exemplo, a emigração é um fenômeno central em países como Uruguai, Bolívia, Equador e Colômbia; ao passo que a imigração, com importância histórica em países como Argentina e Venezuela²³, tem ganhado mais espaço em estados como Chile ou Equador (Tabela 1).

Quadro 1. Dados totais e porcentagens de imigração e emigração dos países da região respeito ao total da população

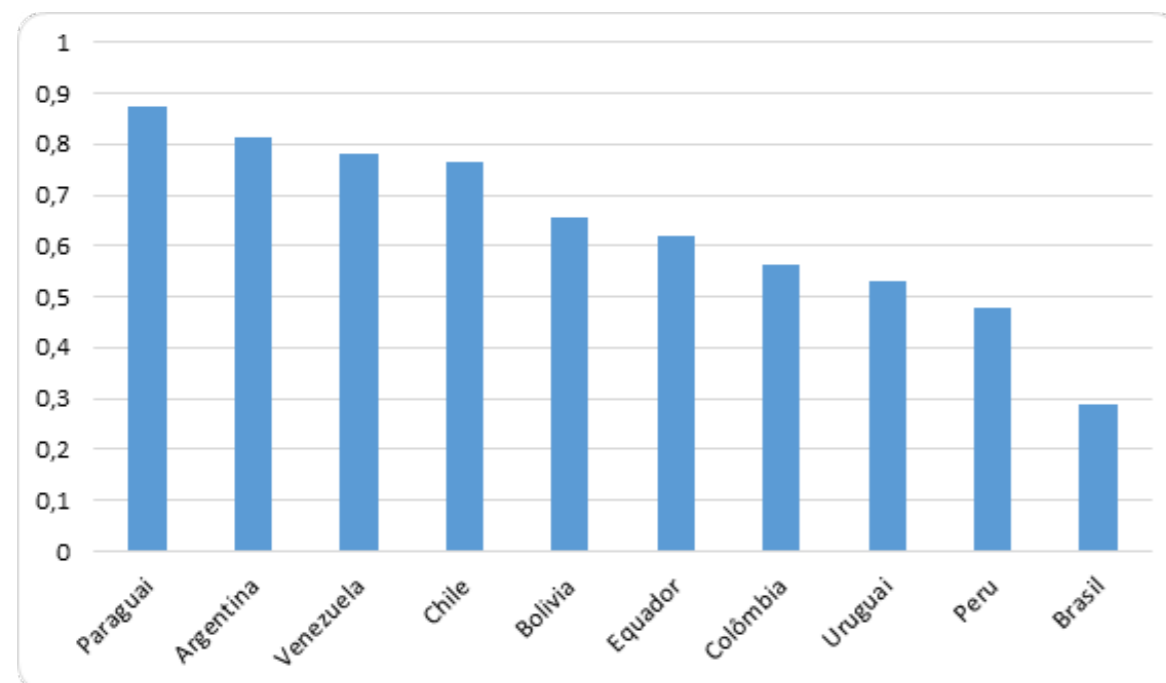
País	Imigração	Porcentagem da imigração respeito ao total da população	Emigração	Porcentagem da emigração respeito ao total da população
Argentina	2.086.302	4,80%	940.273	2,20%
Brasil	713.568	0,30%	1.544.024	0,70%
Bolívia	142.989	1,30%	799.605	7,40%
Chile	469.436	2,70%	612.409	3,40%
Colômbia	133.134	0,30%	2.638.852	5,30%
Equador	387.513	2,40%	1.101.923	6,70%
Paraguai	156.462	2,40%	845.373	12%
Peru	90.881	0,30%	1.409.676	4,50%
Uruguai	71.799	2,10%	346.976	10,10%
Venezuela	1.404.448	4,50%	606.344	1,90%

Fonte:
Adaptado de Trends in International Migration stock 2015 revision (OIM, 2017).

Conjuntamente com as motivações acima elencadas, outros dois fatores têm desempenhado um papel central no estímulo às migrações intrarregionais. Em primeiro lugar, os acordos de caráter bilateral e multilateral sobre trabalho e direitos à mobilidade humana assinados pelos países da região, assim como os processos de integração regional de que eles participam, em particular, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL). Esses processos, como veremos em detalhe mais adiante, têm desenhado medidas específicas para facilitar a circulação das pessoas nos seus respectivos países-membros e associados e, desde os primeiros anos do século XXI, também políticas para favorecer a residência dos cidadãos intrarregionais (RAMÍREZ, 2016; GRANJA & VILLARREAL, 2017).

Em segundo lugar, as migrações internas (de caráter voluntário e forçado) na América do Sul e, sobretudo, a heterogênea importância que adquirem nos vários Estados da região, não pode ser compreendida sem que se considere a aprovação de políticas migratórias de cunho liberal em países como Argentina ou Equador²⁴. Paralelamente, esse incremento está vinculado ao relativo “consenso” e tolerância em relação ao ingresso de pessoas por parte da maioria de países da região, assim como a existência de vínculos históricos entre Estados sul-americanos, particularmente entre os fronteiriços (BAENINGER & BONK, 2016), e a presença de redes migratórias (MARTÍNEZ & ORREGO, 2016), que facilitam os deslocamentos e permitem a continuidade dos fluxos. Esses fatores, junto das oportunidades oferecidas por cada país e de outras características específicas, variáveis em um e outro caso, determinam que o volume das migrações intrarregionais adquira um peso diferenciado em cada Estado (Gráfico 2).

Gráfico 2. Porcentagem de migrantes regionais em relação ao total de imigrantes por país (2015)



Fonte: Adaptado de Trends in International Migration stock 2015 revision (OIM, 2017).

²² As mulheres têm sido historicamente protagonistas dos fluxos migratórios de forma autônoma ou como parte de processos de projetos migratórios familiares ou coletivos. Não obstante, a feminização das migrações descreve as mudanças de caráter qualitativo e quantitativo que têm determinado, por exemplo, o aumento dos deslocamentos das mulheres – em alguns fluxos elas constituem a maioria ou a quase totalidade dos migrantes –, assim como o seu crescente protagonismo no envio de remessas e na manutenção de famílias transnacionais.

²³ A situação de Venezuela é um caso diferenciado, uma vez que, se por um lado há uma imigração histórica ultramarina e intrarregional, de acordo com as informações apresentadas no parágrafo anterior, por outro, o volume de saída da população local tem-se acelerado desde 1999 e, sobretudo, a partir de 2013.

²⁴ Uma análise mais detalhada sobre o caso equatoriano pode ser consultada em Villarreal (2015).

Finalmente, no panorama regional recente destaca-se também a chegada progressiva de migrantes extrarregionais, provenientes de destinos não-tradicionais como Caribe, África e Ásia. As migrações originárias do Caribe, especialmente da República Dominicana e do Haiti, têm como destinos principais Argentina, Chile e Venezuela, no primeiro caso; e Brasil, Equador, Argentina e Chile, no segundo. Paralelamente, a América do Sul tem adquirido, também, o papel de território de trânsito e de destino para cidadãos cubanos, que têm aumentado sua presença em países como Equador e Brasil. Por outro lado, mesmo que ainda pouco relevante em termos quantitativos, desde princípios do século XXI tem-se visibilizado de maneira progressiva a presença de cidadãos de África e Ásia, com particular destaque no caso de senegaleses, chineses, coreanos, sírios, indianos e paquistaneses (OIM, 2017). Em alguns casos, como os chineses, esses fluxos têm raízes históricas e, em outros, como os sírios, aos vínculos de longa data se somam razões de caráter humanitário. Não obstante, fluxos mais recentes ou com menos raízes históricas devem ser entendidos no contexto das

restrições recentes à imigração nos países do Norte e no aumento das migrações Sul-Sul.

CONSTRUINDO DIREITOS COMUNS: INTEGRAÇÃO E PROJETOS DE CIDADANIA REGIONAL

Os antecedentes da cooperação em matéria migratória entre os países da América do Sul surgem entre finais do século XIX e começos do século XX e se expressam em Constituições, leis e acordos regionais que reconhecem direitos especiais para os cidadãos da região (RAMÍREZ, 2016, p. 41). Essa cooperação tem sido aprofundada a partir da segunda metade do século XX com o surgimento dos processos de integração regional na zona andina (Comunidade Andina de Nações) e no Cone Sul (Mercado Comum do Sul) e, posteriormente, com os esforços promovidos pela União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A abordagem da variável migratória em cada processo tem tido importância e objetivos diferenciados; porém, os três blocos têm gerado como resultado a criação de projetos de cidadania regional (Tabela 2).

Quadro 2. Projetos de cidadania regional na América do Sul

Projetos de cidadania regional por bloco	
Comunidade Andina de Nações (CAN)	Decisão N. 1343/2015: Estatuto Andino de Mobilidade Humana
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	Decisão N. 64/2010: Estatuto de Cidadania do MERCOSUL
União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)	Resolução N.14/2014. Relatório conceitual sobre Cidadania Sul-Americana

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponíveis em CAN, MERCOSUL e UNASUL.

A atual Comunidade Andina de Nações, por exemplo, incluiu, entre seus objetivos iniciais, a cooperação dos países-membros nas esferas política e social. O bloco, surgido em 1969 com o Acordo de Cartagena e denominado inicialmente Pacto Andino, hoje é composto por Bolívia, Equador, Peru e Colômbia como membros plenos; Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai na qualidade de países associados e Espanha, que participa como país-observador. Desde a sua fundação, entre os principais avanços gerados pela CAN em matéria migratória, além do reconhecimento de direitos e garantias de não-discriminação para os migrantes ou de facilidades de circulação e residência, especialmente no caso de trabalhadores (Instrumentos Andinos de Segurança Social e Migração Laboral), destacam-se: a criação de documentos de identidade e de instrumentos de controle migratório unificados, como o Passaporte Andino ou a Tarjeta Andina de Migración; a promoção de uma atenção especial aos deslocamentos nas regiões de fronteira, mediante a criação de Zonas de Integração Fronteiriça (ZIF) e de centros Binacionais de Atenção em Fronteiras (CEBAF); diversos instrumentos de proteção para refugiados, cidadãos em trânsito e vítimas de tráfico e contrabando de pessoas; e, mais recentemente, a criação de um Plano Andino de Desenvolvimento Humano para as Migrações e

um Estatuto Andino de Mobilidade Humana, que visa a consolidar um espaço regional com normativas migratórias homogêneas e orientadas por uma abordagem de direitos humanos (CAN, 2017).

Por outro lado, a partir da importância que reveste a emigração na região andina, o bloco tem criado, também, medidas específicas que visam proteger os direitos dos cidadãos comunitários. O exemplo mais emblemático desse interesse foi a criação, em 2003, do Mecanismo Andino de Cooperação em Matéria de Assistência e Proteção Consular e Assuntos Migratórios, que visa proteger os direitos dos nacionais dos países andinos que estejam no território de terceiros Estados, especialmente nas esferas de trabalho e segurança social, ao mesmo tempo em que cria medidas específicas de cooperação e intercâmbio de informações em matéria migratória.

O caso do MERCOSUL é um pouco diferente. O bloco nasceu em 1991 com objetivos predominantemente econômicos e foi fundado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Atualmente, Venezuela²⁵ e Bolívia²⁶ também compõem o bloco na qualidade de Estados plenos e Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname o integram como Estados Associados. Apesar da sua especialização em temas econômicos, após o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, o MERCOSUL foi ampliando progressivamente as suas competências e esferas de trabalho, até integrar a questão migratória (GRANJA & VILLARREAL, 2017). Nesse marco, as migrações internacionais têm sido vistas especialmente sob duas perspectivas: trabalho e segurança. Isto é: os migrantes têm recebido atenção especialmente pela sua qualidade de trabalhadores, ou como objetos de controle e segurança por parte das administrações dos Estados-membros. Não obstante, desde princípios do século XXI, em coincidência de fatores como a chegada de governos progressistas nos países da região, a atuação de políticas migratórias, o aumento dos fluxos

intrarregionais, melhores condições socioeconômicas e uma maior demanda por direitos por parte da sociedade civil, as migrações também começaram a ser enxergadas sob a ótica de direitos humanos²⁷.

A partir dessas três abordagens, foram criados instrumentos de formação, intercâmbio de informações e homogeneização de controles migratórios; mecanismos de integração nas áreas de fronteira; facilidades para a circulação e residência, como a isenção de vistos para os cidadãos comunitários ou os Acordos de Regularização e Residência de 2002; declarações e mecanismos de proteção para refugiados, migrantes em trânsito e vítimas de tráfico e contrabando de pessoas; um espaço específico para a abordagem das migrações entre os Estados-Membros e Associados ao MERCOSUL: o Fórum Especializado Migratório (FEM); protocolos de assistência consular para os cidadãos do bloco em terceiros Estados; e, em 2010, mediante a Decisão N.64, o Plano de Ação para o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. Este último tem o objetivo de criar uma normativa migratória comunitária que reconheça a livre-circulação de pessoas na região, a igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, econômicas e culturais para os cidadãos comunitários e, finalmente, a igualdade de condições, especialmente para o acesso ao trabalho, saúde e educação.

As ações desenvolvidas no marco da CAN e do MERCOSUL têm sido complementadas no século XXI com o trabalho da UNASUL. O bloco, chamado inicialmente Comunidade Sul-americana de Nações (CSN), foi criado em 2004 como União Política e Econômica e hoje é um organismo formado pelos doze países da região sul-americana: Argentina; Bolívia; Brasil; Colômbia; Chile; Equador; Guiana; Paraguai; Peru; Suriname; Uruguai; e Venezuela. A partir da sua fundação, à diferença do MERCOSUL e da CAN, a UNASUL tem objetivos mais amplos nas esferas política e social e visa a alcançar uma integração plena, somando os avanços alcan-

çados por esses blocos e pela Comunidade do Caribe (CARICOM), assim como os resultados da cooperação e do multilateralismo obtidos em processos consultivos regionais, como a Conferência Sul-Americana de Migrações (CSM).

No que diz respeito às migrações, na UNASUL existem diversas declarações de princípios e o seu tratado constitutivo inclui o reconhecimento da necessidade de se assegurar o reconhecimento progressivo de direitos para os cidadãos comunitários como requisito para consolidar cidadania e identidade regionais (UNASUL, 2008). Assim, desde 2012 existe um Grupo de Trabalho sobre Cidadania Sul-americana (GTCS), com a missão de criar um relatório sobre a cidadania sul-americana e, desde 2014, um relatório conceitual, que visa criar um plano de ação para a sua aplicação (RAMÍREZ, 2016, p. 79-80). Neste relatório, são enumerados os direitos e garantias para os migrantes comunitários e a cidadania sul-americana é definida como:

A condição jurídica de acesso progressivo aos direitos, deveres e obrigações por parte dos cidadãos e cidadãs da UNASUL. Ao mesmo tempo, é a condição de identidade, pertença e enraizamento à terra sul-americana, às suas tradições e costumes, às suas culturas diversas, às suas línguas e idiomas e as suas cosmovisões, cujo fundamento primário é a história compartilhada dos países-membros da UNASUL (UNASUR, 2014, p. 14 -Tradução nossa).

Como resultado das políticas e das normas promovidas no marco dos três processos de integração regional, são inegáveis os progressos obtidos em relação à proteção e tutela dos direitos dos cidadãos do bloco. O mesmo não pode ser dito a respeito das pessoas de fora da região, que têm recebido relativamente menos atenção e para as quais não existem praticamente medidas regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em comparação com Estados Unidos e Europa, a América do Sul apresenta, ainda, baixos volumes de imigração intrarregional; porém, com quase 70% da po-

pulação imigrante originária da região e um aumento progressivo desses fluxos, o principal desafio para os Estados e sociedades sul-americanas é garantir tanto marcos normativos como políticas de livre-circulação, integração e construção de cidadania. Essas políticas devem excluir a criminalização dos migrantes e privilegiar o respeito dos direitos das pessoas, independentemente do seu status migratório.

Os recentes cálculos sobre os deslocamentos intrarregionais indicam, também, melhorias na mensuração da mobilidade humana na América do Sul. Todavia, em razão da complexidade desse fenômeno, porcentagens significativas dos fluxos intrarregionais transfronteiriços, temporais, circulares e irregulares, ainda hoje são subestimados ou não devidamente calculados. A esse respeito, no momento de desenhar políticas e leis migratórias, é preciso levar em conta tanto o volume efetivo quanto as necessidades desses grupos de população e a diversidade dos perfis que os integram. Os migrantes que compõem fluxos mistos, os cidadãos em trânsito, as vítimas de perseguição e violência nos seus países de origem e grupos específicos, como as mulheres, os indígenas, as vítimas de tráfico de pessoas ou as crianças e adolescentes não-acompanhados requerem, também, respostas diferenciadas.

A crescente concentração dos imigrantes em áreas urbanas da América do Sul é, também, fonte de desafios, pois apresenta vantagens e desvantagens. Destarte, se, por um lado, os imigrantes residentes nas grandes cidades sul-americanas adquirem visibilidade e protagonismo, tendo maiores possibilidades de acesso aos serviços e políticas sociais (especialmente com relação aos que residem nas áreas rurais), assim como mais e melhores fontes de emprego; por outro lado, devido a que sua concentração se verifica normalmente nas periferias das cidades – muitas vezes carentes de serviços básicos –, os imigrantes apresentam diversos riscos de exclusão, de pobreza e do aumento da precariedade em suas vidas. Além disso, a maior visibilidade da presença de estrangeiros e o ativismo de grupos conservadores e xenófobos nas zonas urbanas pode

²⁵ Venezuela aderiu ao tratado constitutivo e começou a formar parte do bloco como membro pleno em 2012.

²⁶ Bolívia se encontra em processo de adesão desde 2015.

²⁷ Para ter uma análise mais detalhada nas mudanças de enfoque no tratamento das migrações, ver Granja e Villarreal (2017).

também estimular novas formas de discriminação e de criminalização dos migrantes. Em consequência, a favor deles devem agir todos os atores envolvidos no processo: Estados nacionais; prefeituras; entes locais; organizações civis ou religiosas comprometidas com os direitos das pessoas.

Em matéria de reconhecimento de direitos, uma tarefa urgente é passar dos discursos e das propostas aos fatos. Para tanto, são necessárias campanhas de educação e conscientização regional sobre o fenômeno migratório e sobre os direitos e garantias para os cidadãos em mobilidade humana, formalmente presentes nas leis e políticas públicas, mas desconhecidos pelos cidadãos – mesmo por funcionários especializados –, ou aplicados de forma discricionária. Aqui, o papel dos meios de comunicação é fundamental, para informar adequadamente a sociedade e evitar a difusão de notícias que promovem estereótipos e preconceitos contra os imigrantes. Já que as leis e as declarações, por si só, são insuficientes, nesse processo é, também, essencial o envolvimento da sociedade civil. As organizações e coletivos comprometidos com os direitos dos migrantes têm aumentado de forma tangível a sua participação e a condenação de ações discriminatórias e xenófobas, mas são precisos instrumentos mais ativos para aumentar seu protagonismo. Essas organizações devem ser capazes de pressionar e controlar de maneira efetiva o desempenho dos governos e dos organismos regionais perante as migrações. Ao mesmo tempo, são urgentes as medidas contra a arbitrariedade das decisões, a exclusão dos “não-cidadãos”, o racismo e os mecanismos discriminatórios que ainda prevalecem.

Por causa das barreiras linguísticas e diferenças culturais, as migrações caribenhas e os fluxos Sul-Sul demandam uma atenção especial, principalmente no desenho de políticas que levem em conta as diferenças e dificuldades desses grupos com relação aos cidadãos da região. Em relação a esses fluxos há de fato um déficit de respostas conjuntas, e apesar de alguns programas e medidas, como o acolhimento de sírios e haitianos por razões humanitárias, mais do que políticas

integradas abundam as medidas ad hoc sujeitas à vontade política dos governos da região.

Não obstante, junto aos desafios, são também significativas as oportunidades que os deslocamentos humanos intra e extrarregionais oferecem. Mais do que um problema, as migrações representam uma enorme oportunidade para os migrantes, os países de origem e, especialmente, para os países de recepção, cujas sociedades podem se tornar mais ricas e inovadoras, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do social e cultural. Os países da América do Sul podem, também, se beneficiar da promoção de valores democráticos, como a maior tolerância e o respeito às diferenças que as migrações promovem.

Finalmente, é necessária uma maior tomada de consciência regional que permita, por exemplo, aumentar o intercâmbio e a cooperação entre os governos e instituições da região, mas, também, entre movimentos de migrantes e outras organizações da sociedade civil. As migrações na América do Sul conformam um sistema migratório específico e existem na região diversas experiências e boas práticas no desenho de políticas públicas e de medidas favoráveis ao fenômeno. Promover a troca e a colaboração entre países com características e dificuldades semelhantes poderia nos ensinar muito para garantir os direitos das pessoas em mobilidade humana e seu bem-estar. É também fundamental uma maior cooperação e políticas mais flexíveis para enfrentar crises humanitárias. As soluções devem representar uma alternativa face à paralisia dos países e dos organismos de integração sul-americanos, demonstrada em relação à recente tragédia venezuelana. Com efeito, na contracorrente dos avanços da CAN, MERCOSUL e UNASUL, e dos objetivos de construção de uma política migratória comum; até agora, com relação aos deslocamentos dos venezuelanos na região, as respostas têm sido unilaterais e altamente ineficazes para atender suas demandas.

Além disso, como demonstram alguns dos avanços obtidos em termos locais e regionais, como sul-

americanos podemos fazer a diferença e, em um mundo de muros, fronteiras e falta de solidariedade, podemos representar uma alternativa e nos tornar um subcontinente de esperança para cidadãos de dentro e fora da região. Todavia, esse objetivo só será alcançado se não forem repetidos os erros da Europa. Nesse sentido, é premente evitar que o reconhecimento progressivo de direitos e a facilitação da mobilidade para os cidadãos da região impliquem na perda do critério de universalidade dos direitos e se traduzam em progressivas restrições e maiores dificuldades para as pessoas provenientes de outros continentes.

Bibliografía

- ARANGO, JOAQUÍN. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra, *Migración y Desarrollo*, n. 1, pp. 1-30, 2003.
- BAENINGER, SUSANA; BONK, ROMEO. *Integração e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina*. *Revista Transporte y Territorio*, n. 15, p. 146-163, 2016.
- COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES (CAN). Normativa sobre Migración. Disponível em <<http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=84>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.
- GRANJA, LORENA; VILLARREAL, MARÍA. MERCOSUR Migrante. *Enfoques y evolución del tratamiento de la movilidad humana en el MERCOSUR*. *Revista Tercero Milenio*, ano 4, n. 6, 2017 (no prelo).
- KRITZ, MARY; LIM, LIN; ZLOTNIK, HANIA. *International Migration Systems: A Global Approach*, Oxford: Clarendon Express, 1992.
- LACZKO, Frank; PIGUET, Etienne. *Regional perspectives on migration, the environment and climate change*. In PIGUET, Etienne; LACZKO, Frank (eds.). *People on the move in a changing climate. The regional impact of environmental change on migration*. Ginebra: OIM, Springer, 2014.
- MELDE, Susanne; ANICH, Rudolf; CRUSH, Jonathan; OUCHO, John. *Introduction: The South-South Migration and Development Nexus*. In ANICH, Rudolf; CRUSH, Jonathan; MELDE, Susanne; OUCHO, John (eds.). *A new perspective on human mobility in the South*. *Global Migration Issues 3*. Ginebra: IOM, Springer, 2014.
- RATHA, Dilip; SHAW, William. *South-South Migration and Remittances*. Documento de Trabajo del Banco Mundial, núm. 102, Washington, DC, 2007.
- MABOJUNGE, AKIN. *Systems Approach to a Theory of Rural-Urban Migration*. *Geographical Analysis*, vol. 2, n. 1, 1970, pp. 1-18.
- MARTÍNEZ, Jorge; ORREGO, Cristian. *Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe*. Serie Población y Desarrollo. Santiago: CEPAL, OIM, 2016.
- PÁEZ, TOMÁS. *La voz de la diáspora venezolana*. Madrid: La Catarata, 2015.
- Organización Internacional para las Migraciones (OIM). *Tendencias Migratorias en América del Sur*. Informe Migratorio Sudamericano N.1, Buenos Aires: OIM, 2017.
- OIM (Organización Internacional para las Migraciones). *El bienestar de los migrantes y el desarrollo*. Informe sobre las Migraciones en el Mundo. Ginebra: OIM, 2013.
- OIM. *Los migrantes y las ciudades: Nuevas colaboraciones para gestionar la Movilidad*. Informe sobre las Migraciones en el Mundo. Ginebra: OIM, 2015.
- OXFAM. *Privilegios que niegan derechos. Desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y el Caribe*, 2015. Disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/reporte_iguales-oxfambr.pdf. Acesso em 27/04/2017.
- RAMÍREZ, Jacques. *Hacia el Sur. La construcción de la ciudadanía suramericana y la movilidad intrarregional*. Quito: CELAG, 2016.
- RATHA, Dilip; PLAZA, Sonia; DERVISEVIC, Ervin (comp.). *Migration and Remittances Factbook 2016*. Global Knowledge Partnership on Migration and Development, (KNOMAD). Washington: Banco Mundial, 2016.
- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUR). *Tratado Constitutivo*. 2008. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/images/descargas/DOCUMENTOS%20CONSTITUTIVOS%20DE%20UNASUR/Tratado-UNASUR-solo.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.
- UNASUR. *Informe conceptual sobre ciudadanía suramericana*. Grupo de Trabajo sobre Ciudadanía Suramericana (GTCS), 2014. Disponível em: <<http://www.amerindiaenlared.org/download/6639/informe-conceptual-sobre-ciudadania-suramericana>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.
- VILLARREAL, María. *Políticas migratorias. Transnacionalismo e desenvolvimento: o caso equatoriano*, *Cadernos Obmiga*, v. 1, n. 3, 2015, p. 39-63.
- VILLARREAL, María. *Replantando el debate sobre migraciones internacionales y desarrollo: nuevas direcciones y evidencias*. *Revista Interdisciplinaria da Mobilidade Humana (REMHU)*, n. 50, 2017 (no prelo).

Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado

15 de Janeiro de 2017

Migrantes de Menor Idade, Vulneráveis e Sem Voz.

Queridos irmãos e irmãs!

«Quem receber um destes meninos em meu nome é a Mim que recebe; e quem Me receber, não Me recebe a Mim, mas Àquele que Me enviou» (Mc 9, 37; cf. Mt 18, 5; Lc 9, 48; Jo 13, 20). Com essas palavras, os evangelistas recordam à comunidade cristã um ensinamento de Jesus que é entusiasmador, mas, ao mesmo tempo, muito empenhativo. De fato, essas palavras traçam o caminho seguro que, na dinâmica do acolhimento, partindo dos mais pequeninos e passando pelo Salvador, conduz até Deus. Assim, o acolhimento é, precisamente, condição necessária para se concretizar este itinerário: Deus fez-Se um de nós, em Jesus fez-Se menino e a abertura a Deus na fé, que alimenta a esperança, manifesta-se na proximidade amorosa aos mais pequeninos e mais frágeis. Caridade, fé e esperança: estão todas presentes nas obras de misericórdia, tanto espirituais como corporais, que redescobrimos durante o recente Jubileu Extraordinário.

Mas os evangelistas detêm-se também sobre a responsabilidade de quem vai contra a misericórdia: «Se alguém escandalizar um destes pequeninos que creem em Mim seria preferível que lhe suspendessem do pescoço a mó de um moinho e o lançassem nas profundezas do mar» (Mt 18, 6; cf. Mc 9, 42; Lc 17, 2). Como não pensar nesta severa advertência quando consideramos a exploração feita por pessoas sem escrúpulos, a dano de tantas meninas e tantos meninos encamiñados para a prostituição ou sorvido no giro da pornografia, feitos escravos do trabalho infantil ou alistados como soldados, envolvidos em tráfico de drogas e outras formas de delinquência, forçados por conflitos e perseguições a fugir, com o risco de se encontrarem sozinhos e abandonados?

Assim, por ocasião da ocorrência anual do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, sinto o dever de chamar a atenção para a realidade dos migrantes de menor idade, especialmente os deixados sozinhos, pedindo a todos para cuidarem das crianças que são três vezes mais vulneráveis – porque de menor idade, porque estrangeiras e porque indefesas – quando, por vários motivos, são forçadas a viver longe da sua terra natal e separadas do carinho familiar.

Hoje, as migrações deixaram de ser um fenômeno limitado a algumas áreas do planeta, para tocar todos os continentes, assumindo cada vez mais as dimensões de um problema mundial dramático. Não se trata apenas de pessoas à procura de um trabalho digno ou de melhores condições de vida, mas, também, de homens e mulheres, idosos e crianças, que são forçados a abandonar as suas casas com a esperança de se salvar e encontrar paz e segurança noutra lugar. E os menores são os primeiros a pagar o preço oneroso da emigração, provocada quase sempre pela violência, a miséria e as condições ambientais, fatores esses a que se associa também a globalização nos seus aspectos negativos. A corrida desenfreada ao lucro rápido e fácil traz consigo também a propagação de chagas aberrantes como o tráfico de crianças, a exploração e o abuso de menores

e, em geral, a privação dos direitos inerentes à infância garantidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Infância.

Pela sua delicadeza particular, a idade infantil tem necessidades únicas e irrenunciáveis. Em primeiro lugar, o direito a um ambiente familiar saudável e protegido, onde possam crescer sob a guia e o exemplo de um pai e de uma mãe; em seguida, o direito-dever de receber uma educação adequada, principalmente na família e também na escola, onde as crianças possam crescer como pessoas e protagonistas do seu futuro próprio e da respetiva nação. De fato, em muitas partes do mundo, ler, escrever e fazer os cálculos mais elementares ainda é um privilégio de poucos. Além disso, todos os menores têm direito de brincar e fazer atividades recreativas; em suma, têm direito a ser criança.

Ora, dentre os migrantes as crianças constituem o grupo mais vulnerável porque, enquanto assomam à vida, são invisíveis e sem voz: a precariedade priva-as de documentos, escondendo-as aos olhos do mundo; a ausência de adultos, que as acompanhem, impede que a sua voz se erga e faça ouvir. Assim, os menores migrantes acabam facilmente nos níveis mais baixos da degradação humana, onde a ilegalidade e a violência queimam numa única chama o futuro de demasiados inocentes, enquanto a rede do abuso de menores é difícil de romper.

COMO RESPONDER A ESSA REALIDADE?

Em primeiro lugar, tornando-se consciente de que o fenômeno migratório não é alheio à história da salvação; pelo contrário, faz parte dela. Relacionado com ele está um mandamento de Deus: «Não usarás de violência contra o estrangeiro residente nem o oprimirás, porque foste estrangeiro residente na terra do Egito» (Ex 22, 20); «amarás o estrangeiro, porque foste estrangeiro na terra do Egito» (Dt 10, 19). Este fenômeno constitui um sinal dos tempos, um sinal que fala da obra providencial de Deus na história e na comunidade humana tendo em vista a comunhão universal. Embora sem ignorar as problemáticas e, frequentemente, os

dramas e as tragédias das migrações, bem como as dificuldades ligadas com o acolhimento digno dessas pessoas, a Igreja encoraja a reconhecer o desígnio de Deus também neste fenômeno, com a certeza de que ninguém é estrangeiro na comunidade cristã, que abraça «todas as nações, tribos, povos e língua» (Ap 7, 9). Cada um é precioso – as pessoas são mais importantes do que as coisas – e o valor de cada instituição mede-se pelo modo como trata a vida e a dignidade do ser humano, sobretudo em condições de vulnerabilidade, como no caso dos migrantes de menor idade.

Além disso, é preciso apostar na proteção, na integração e em soluções duradouras.

Em primeiro lugar, trata-se de adotar todas as medidas possíveis para garantir proteção e defesa aos menores migrantes, porque estes, «com frequência, acabam na estrada, deixados a si mesmos e à mercê de exploradores sem escrúpulos que, muitas vezes, os transformam em objeto de violência física, moral e sexual» (Bento XVI, Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2008). Aliás, a linha divisória entre migração e tráfico pode tornar-se às vezes muito sutil. Há muitos fatores que contribuem para criar um estado de vulnerabilidade nos migrantes, especialmente nos menores: a indigência e a falta de meios de sobrevivência – a que se vem juntar expectativas irreais inculcadas pelos meios de comunicação –; o baixo nível de alfabetização; o desconhecimento das leis, da cultura e, frequentemente, da língua dos países que os acolhem. Tudo isso os torna, física e psicologicamente, dependentes. Mas o incentivo mais forte para a exploração e o abuso das crianças é a demanda. Se não se encontra um modo de intervir com maior rigor e eficácia contra os exploradores, não será possível acabar com as inúmeras formas de escravidão de que são vítimas os menores.

Por isso, é preciso que os imigrantes, precisamente para o bem dos seus filhos, colaborem sempre mais estreitamente com as comunidades que os recebem. Olhemos, com muita gratidão, para os organismos e instituições, eclesiais e civis, que, com grande esforço,

oferecem tempo e recursos para proteger os menores das mais variadas formas de abuso. É importante que se implementem colaborações cada vez mais eficazes e incisivas, fundadas não só na troca de informações, mas, também, no fortalecimento de redes capazes de assegurar intervenções tempestivas e capilares. Isso sem subestimar que a força extraordinária das comunidades eclesiais se revela, sobretudo, quando há unidade de oração e comunhão na fraternidade.

Em segundo lugar, é preciso trabalhar pela integração das crianças e adolescentes migrantes. Eles dependem em tudo da comunidade dos adultos e, com muita frequência, a escassez de recursos financeiros torna-se impedimento à adoção de adequadas políticas de acolhimento, assistência e inclusão. Consequentemente, em vez de favorecer a inserção social dos menores migrantes, ou programas de repatriamento seguro e assistido, procura-se, apenas, impedir a sua entrada, favorecendo, assim, o recurso a redes ilegais; ou então, são reenviados para o seu país de origem, sem antes se assegurar de que isso corresponda a seu «interesse superior» efetivo.

A condição dos migrantes de menor idade é ainda mais grave quando se encontram em situação irregular ou quando estão ao serviço da criminalidade organizada. Nesses casos, veem-se muitas vezes destinados a centros de detenção. De fato, não é raro acabarem presos e, por não terem dinheiro para pagar a fiança ou a viagem de regresso, podem ficar reclusos por longos períodos, expostos a abusos e violências de vários tipos. Nesses casos, o direito de os Estados gerirem os fluxos migratórios e salvaguardarem o bem comum nacional deve conjugar-se com o dever de resolver e regularizar a posição dos migrantes de menor idade, no pleno respeito da sua dignidade e procurando ir ao encontro das suas exigências, quando estão sozinhos, mas, também, das exigências de seus pais, para bem de todo o núcleo familiar.

Fundamental é, ainda, a adoção de procedimentos nacionais adequados e de planos de cooperação

concordados entre os países de origem e de acolhimento, tendo em vista a eliminação das causas da emigração forçada dos menores.

Em terceiro lugar, dirijo a todos um sentido apelo para que se busquem e adotem soluções duradouras. Tratando-se de um fenômeno complexo, a questão dos migrantes de menor idade deve ser enfrentada na raiz. Guerras, violações dos direitos humanos, corrupção, pobreza, desequilíbrios e desastres ambientais fazem parte das causas do problema. As crianças são as primeiras a sofrer com isso, suportando, às vezes, torturas e violências corporais, bem como morais e psíquicas, deixando nelas marcas quase sempre indelévels.

Por isso, é absolutamente necessário enfrentar, nos países de origem, as causas que provocam as migrações. Isso requer, como primeiro passo, o esforço de toda a Comunidade Internacional para extinguir os conflitos e as violências que constringem as pessoas a fugir. Além disso, impõe-se uma visão clarividente, capaz de prever programas adequados para as áreas atingidas pelas mais graves injustiças e instabilidades, para que se garanta a todos o acesso ao autêntico desenvolvimento que promova o bem de meninos e meninas, esperanças da humanidade.

Por fim, desejo dirigir-vos uma palavra, a vós que caminhais ao lado de crianças e adolescentes pelas vias da emigração: eles precisam da vossa ajuda preciosa; e também a Igreja tem necessidade de vós e apoia-vos no serviço generoso que prestais. Não vos canseis de viver, com coragem, o bom testemunho do Evangelho, que vos chama a reconhecer e acolher o Senhor Jesus presente nos mais pequenos e vulneráveis.

Confio todos os menores migrantes, as suas famílias, as suas comunidades e vós que os seguís de perto à proteção da Sagrada Família de Nazaré, para que vele por cada um e a todos acompanhe no caminho; e, à minha oração, uno a Bênção Apostólica.

Cidade do Vaticano, 8 de setembro de 2016.
Francisco

Discurso do Papa Francisco aos participantes do VI Fórum Internacional sobre Migrações e Paz

Ilustres Senhores e Senhoras!

Dirijo a minha cordial saudação a cada um de vós, com profunda gratidão pelo vosso trabalho precioso. Agradeço a D. Tomasi as suas amáveis palavras e ao Dr. Pöttering a sua intervenção; estou grato, também, pelos três testemunhos, que representam ao vivo o tema deste Fórum: «Integração e desenvolvimento: da reação à ação». Com efeito, não é possível ler os desafios dos movimentos migratórios contemporâneos e da construção da paz, sem incluir o binômio «desenvolvimento e integração». Com tal finalidade, eu quis instituir o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, em cujo âmbito um Departamento se ocupa especificamente do que diz respeito aos migrantes, aos refugiados e às vítimas do tráfico.

Sem dúvida, nas suas diferentes formas, as migrações não representam um fenômeno novo na história da humanidade. Elas marcaram profundamente todas as épocas, favorecendo o encontro dos povos e o nascimento de novas civilizações. Na sua essência, migrar é expressão da aspiração intrínseca à felicidade, própria de cada ser humano, felicidade que deve ser procurada e perseguida. Para nós, cristãos, toda a vida terrena é um caminhar rumo à pátria celeste.

O início deste terceiro milênio é fortemente caracterizado por movimentos migratórios que, em termos de origem, trânsito e destino, atingem quase todas as regiões da terra. Infelizmente, na maioria dos casos, trata-se de deslocamentos forçados, causados por conflitos, calamidades naturais, perseguições, mudanças climáticas, violências, pobreza extrema e condições de vida indignas: «É impressionante o número de pessoas que migram de um continente para outro, bem como daqueles que se deslocam dentro de seus próprios países e áreas geográficas. Os fluxos migratórios contemporâneos são o maior movimento de pessoas, se não, de povos, de todos os tempos».(1)

Diante desse cenário complexo, sinto que devo manifestar uma preocupação particular pela natureza forçada de muitos fluxos migratórios contemporâneos, que aumenta os desafios que se apresentam à comunidade política, à sociedade civil e à Igreja, exigindo que se responda ainda mais urgentemente a tais desafios de modo coordenado e eficaz.

A nossa resposta comum poderia articular-se em torno de quatro verbos: acolher, proteger, promover e integrar.

Acolher. «Há uma índole da rejeição que nos assemelha e que nos induz a olhar o próximo não como um irmão a acolher, mas como alguém deixado fora do nosso horizonte de vida pessoal, transformando-o antes num concorrente, num súbdito a dominar». (2) Perante essa índole da rejeição, em última análise enraizada no egoísmo e amplificada por demagogias populistas, é urgente uma mudança de atitude para superar a indiferença e antepor aos receios uma generosa atitude de hospitalidade em relação àqueles que batem às nossas portas. Para quantos fogem de guer-

ras e de perseguições terríveis, muitas vezes presos nas garras de organizações criminosas sem escrúpulos, é necessário abrir canais humanitários acessíveis e seguros. Um acolhimento responsável e digno desses nossos irmãos e irmãs começa pela sua primeira acomodação em espaços adequados e decentes. As grandes multidões de requerentes de asilo e de refugiados não deram resultados positivos, gerando, ao contrário, novas situações de vulnerabilidade e de dificuldade. No entanto, os programas de acolhimento difundido, já iniciados em diversas localidades, parecem facilitar o encontro pessoal, permitir uma melhor qualidade dos serviços e oferecer maiores garantias de bom êxito.

Proteger. O meu predecessor, Papa Bento, evidenciou que muitas vezes a experiência migratória torna as pessoas mais vulneráveis à exploração, ao abuso e à violência. (3) Referimo-nos a milhões de trabalhadores e trabalhadoras migrantes — e entre eles, particularmente aqueles que se encontram numa situação irregular — de refugiados e de requerentes de asilo, de vítimas do tráfico. A defesa dos seus direitos inalienáveis, a garantia das suas liberdades fundamentais e o respeito pela sua dignidade são tarefas das quais ninguém se pode eximir. Proteger esses irmãos e irmãs é um imperativo moral que deve ser traduzido, adotando instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, claros e pertinentes; fazendo escolhas políticas justas e clarividentes; preferindo processos construtivos, talvez mais lentos, à obtenção de consenso imediato; pondo em prática programas oportunos e humanizadores na luta contra os «traficantes de carne humana» que lucram com as desgraças dos outros; e coordenando os esforços de todos os protagonistas entre os quais, podeis estar certos disso, a Igreja estará sempre presente.

Promover. Proteger não é suficiente; é necessário promover o desenvolvimento humano integral de migrantes, refugiados e pessoas deslocadas, que «tem lugar mediante o cuidado dos bens incomensuráveis da justiça, da paz e da proteção da criação». (4) Em conformidade com a doutrina social da Igreja, (5) o desenvolvimento é um direito inegável de cada ser humano.

Como tal, deve ser garantido, assegurando as condições necessárias para a sua prática, tanto na esfera individual como na social, conferindo a todos um acesso equitativo aos bens fundamentais e oferecendo a possibilidade de escolha e de crescimento. Também aqui, é necessária uma ação coordenada e prudente de todas as forças em jogo: da comunidade política à sociedade civil, das organizações internacionais às instituições religiosas. A promoção humana dos migrantes e das suas famílias começa pelas comunidades de origem onde, em conjunto com o direito a poder emigrar, deve ser garantido, inclusive, o direito a não ter que emigrar, (6), ou seja, o direito a encontrar na própria pátria as condições que lhes permitam levar uma existência digna. Com essa finalidade, devem ser encorajados esforços que visem à atuação de programas de cooperação internacional, desvinculados de interesses de parte, e de desenvolvimento transnacional, em que os migrantes possam participar como protagonistas.

Integrar. A integração, que não é assimilação nem incorporação, constitui um processo bidirecional, que se baseia essencialmente no mútuo reconhecimento da riqueza cultural do outro: não se trata de nivelamento de uma cultura sobre a outra, nem sequer de isolamento recíproco, com o risco de «quetizações» nefastas e perigosas. No que se refere a quantos chegam e são chamados a não se fechar à cultura e às tradições do país anfitrião, respeitando antes de tudo as suas leis, não deve ser absolutamente ignorada a dimensão familiar do processo de integração: por isso, sinto que devo reiterar a necessidade, várias vezes salientada pelo Magistério, (7) de políticas capazes de favorecer e privilegiar as reunificações familiares. No que diz respeito às populações autóctones, elas devem ser ajudadas, sensibilizando-as adequadamente e preparando-as de forma positiva para os processos de integração, nem sempre simples e imediatos, mas sempre essenciais e imprescindíveis para o futuro. Por isso, são necessários também programas específicos, que favoreçam o encontro significativo com o próximo. Além disso, para a comunidade cristã, a integração pacífica de pessoas de

várias culturas é, de certo modo, inclusive um reflexo da sua catolicidade, uma vez que a unidade que não anula as diversidades étnicas e culturais constitui uma dimensão da vida da Igreja que, no Espírito do Pentecostes, está aberta a cada um e deseja abraçar todos. (8)

A meu ver, conjugar estes quatro verbos na primeira pessoa do singular e na primeira pessoa do plural, representa hoje um dever, um dever em relação aos irmãos e às irmãs que, por diferentes motivos, são forçados a deixar a própria terra de origem: um dever de justiça, de civilização e de solidariedade.

Antes de tudo, um dever de justiça. Já não são sustentáveis as inaceitáveis desigualdades econômicas, que impedem que se ponha em prática o princípio do destino universal dos bens da terra. Todos nós somos chamados a empreender processos de partilha respeitadora, responsável e inspirada nos ditames da justiça distributiva. «Por isso, é necessário encontrar o modo para que todos possam beneficiar dos frutos da terra, não só para evitar que se alargue o fosso entre aqueles que têm mais e os que devem contentar-se com as migalhas, mas, também, e, sobretudo, por uma exigência de justiça e equidade, e de respeito por cada ser humano». (9) Um pequeno grupo de indivíduos não pode controlar os recursos de metade do mundo. Pessoas e povos inteiros não podem ter o direito de recolher apenas as migalhas. E ninguém pode sentir-se tranquilo nem exonerado dos imperativos morais que derivam da corresponsabilidade na gestão do planeta, uma corresponsabilidade várias vezes reiterada pela comunidade política internacional, assim como pelo Magistério. (10) Tal corresponsabilidade deve ser interpretada em sintonia com o princípio de subsidiariedade, «que confere liberdade para o desenvolvimento das capacidades presentes a todos os níveis, mas simultaneamente exige mais responsabilidade pelo bem comum a quem tem mais poder». (11) Fazer justiça significa também reconciliar a história com o presente globalizado, sem perpetuar lógicas de exploração de pessoas e de territórios, que respondem ao cínico recurso do mercado, para incrementar o bem-estar de poucas pessoas. Como o

Papa Bento afirmou, o processo de descolonização foi adiado, «tanto por causa de novas formas de colonialismo e dependência de antigos e novos países hegemônicos, como por graves irresponsabilidades internas aos próprios países que se tornaram independentes». (12) Tudo isso deve ser resolvido.

Em segundo lugar, há um dever de civilização. O nosso compromisso a favor dos migrantes, dos refugiados e das pessoas deslocadas é uma aplicação daqueles princípios e valores de acolhimento e fraternidade que constituem um patrimônio comum de humanidade e sabedoria no qual inspirar-se. Tais princípios e valores foram historicamente codificados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como em numerosas convenções e acordos internacionais. «Todo o imigrante é uma pessoa humana que, enquanto tal, possui direitos fundamentais inalienáveis que não de ser respeitados por todos e em qualquer situação». (13) Hoje mais do que nunca, é necessário reafirmar a centralidade da pessoa humana, sem permitir que condições contingentes e acessórias, assim como o necessário cumprimento de requisitos burocráticos ou administrativos, ofusquem a sua dignidade essencial. Como já declarava São João Paulo II, «a condição de irregularidade legal não consente reduções sobre a dignidade do migrante, o qual é dotado de direitos inalienáveis, que não podem ser violados nem ignorados». (14) Por dever de civilização há que recuperar, inclusive, o valor da fraternidade, que se fundamenta na nativa constituição relacional do ser humano: «A consciência viva desta dimensão relacional leva-nos a ver e a tratar cada pessoa como uma verdadeira irmã e um verdadeiro irmão; sem tal consciência, torna-se impossível a construção de uma sociedade justa, de uma paz firme e duradoura». (15) A fraternidade é o modo mais civil de nos relacionarmos com a presença do outro, a qual não ameaça, mas interroga, confirmando e enriquecendo a nossa identidade individual. (16)

Finalmente, existe um dever de solidariedade. Diante das tragédias que «marcam a fogo» a vida de numerosos migrantes e refugiados — guerras, perse-

guições, abusos, violências e mortes —, não podem deixar de brotar espontaneamente sentimentos de empatia e de compaixão. «Onde está o teu irmão?» (cf. Gn 4, 9): esta pergunta, que desde as origens Deus dirige ao homem, interpela-nos hoje especialmente a respeito dos irmãos e das irmãs migrantes: «Esta não é uma pergunta feita a outrem; é uma pergunta posta a mim, a ti, a cada um de nós». (17) A solidariedade nasce exatamente da capacidade de compreender as necessidades do irmão e da irmã em dificuldade, e de assumi-las. Em síntese é sobre isto que se funda o valor sagrado da hospitalidade, presente nas tradições religiosas. Para nós, cristãos, a hospitalidade concedida ao forasteiro necessitado de amparo é oferecida ao próprio Jesus Cristo, que se identificou com o estrangeiro: «Eu era forasteiro e vós recebestes-me» (Mt 25, 35). O dever da solidariedade consiste em contrastar a cultura do descartável e em prestar mais atenção aos frágeis, aos pobres e aos vulneráveis. Por isso, «é preciso que todos mudem a atitude em relação aos migrantes e refugiados; é necessário passar de uma atitude de defesa e de medo, de desinteresse ou de marginalização — que, no final, corresponde precisamente à “cultura do descartável” — para uma atitude que tem por base a “cultura do encontro”, a única capaz de construir um mundo mais justo e fraterno, um mundo melhor». (18)

Na conclusão desta reflexão, permiti que chame de novo a atenção para um grupo particularmente vulnerável entre os migrantes, refugiados e pessoas deslocadas, que somos chamados a receber, proteger, promover e integrar. Refiro-me às crianças e aos adolescentes que são forçados a viver longe da própria terra natal e separados dos afetos familiares. Foi a eles que dediquei a mais recente Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, salientando que «é preciso apostar na proteção, na integração e em soluções duradouras». (19)

Estou convicto de que estes dois dias de trabalho darão abundantes frutos de boas obras. Asseguro-vos a minha oração; quanto a vós, por favor, não vos esqueçais de rezar por mim. Obrigado.

Vaticano, 21 de Fevereiro de 2017.
Francisco

A PRESENÇA DO MIGRANTE NO RIO DE JANEIRO:



Arte: Francisco Dantel A. Moreira

O OLHAR DO IMIGRANTE E DO REFUGIADO